

Dezembro 2014 • Ano 4 • Número 16 • R\$ 18,00

# TRANSPARÊNCIA

**IBRA**✓**CON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

## O futuro é agora

**Modelo de governança  
direciona crescimento e  
fortalecimento do Ibracon**



**IBRA**✓**CON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

**Artigo: Auditoria não é seguro. Como exigir que o auditor responda por erros ou fraudes preexistentes, que ele não cometeu?**

# O Ibracon está nas redes sociais

Acesse, curta e compartilhe!

Comunicação Ibracon



[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

**IBRACON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

# Criando o futuro



Uma característica marcante do Ibracon é sua determinação em buscar sempre o aperfeiçoamento, a evolução. Sem colocar de lado o passado – honrando todos que ajudaram a construir uma entidade reconhecida no Brasil e no Exterior pela sua competência técnica –, mas sempre de olho no futuro. E, acima de tudo, ajudando a construir esse futuro, alavancando o desenvolvimento da profissão, dos profissionais de auditoria independente e, por consequência, do Brasil.

Não tenho palavras para expressar o quanto me honrou exercer a presidência da Diretoria Nacional do Ibracon nos últimos três anos. E é com muito orgulho que, em 2015, passo a ocupar um lugar ao lado dos meus pares no Conselho de Administração, uma área essencial da nossa estrutura de governança, na qual vou ajudar a desenhar estratégias que nos mantenham sempre antenados com o futuro.

Nossa evolução está fortemente alicerçada no Conselho de Administração, que acompanhou de forma constante o desenvolvimento dos trabalhos do Instituto, oferecendo todo o suporte necessário e exercendo um papel fundamental para o alcance dos resultados.

Esta edição da nossa revista *Transparência Ibracon* traz algumas reportagens que exemplificam como estamos atuando de modo a fortalecer o Instituto e aprofundar sua inserção na sociedade, junto aos reguladores, às autoridades e à mídia.

O intuito é dimensionar o quanto avançamos em nosso objetivo de conquistar um papel de protagonistas no cenário brasileiro. Estamos expandindo nossa esfera de atuação, em parceria com os mais importantes organismos internacionais.

Assim, me despeço de vocês, leitores, e agradeço a colaboração de todos ao longo desses três anos na presidência do Ibracon.

Aproveito a oportunidade para desejar a todos uma boa leitura e boas festas,

Eduardo Pocetti  
Presidente do Ibracon

## Nesta edição



46

### Fora da zona de conforto

Conheça Amaro Gomes, o ex-jogador de basquete brasileiro que, desde 2009, integra o lasb, onde se destaca como craque em vislumbrar cenários

## 34 Prêmio Transparência Ibracon

IFRS Foundation e lasb elogiam iniciativa e abrem suas portas aos premiados, convidados a participar de eventos exclusivos, em Londres



6

### Os rumos do mercado de capitais

Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), comenta a 39th Annual Conference of the International Organization of Securities Commissions (Iosco)

10

### Bolsa verde e amarela

Nova lei, que reduz custos para o acesso das PMEs, promete ser um divisor de águas no mercado de capitais

15

Construindo o futuro

30

Pingos e respingos

38

Brasil marca presença na Ifac

44

Educação Continuada

49

Sintonia Fina

# 16 O futuro é agora

Ao fim do mandato de três anos à frente da Diretoria Nacional, Eduardo Pocetti faz um balanço de sua gestão



42 **Receita atende pleito do Ibracon e da Abrasca**  
Entidades pedem, e conseguem, adiar prazo para opção à Lei nº 12.973/14, que revogou o RTT

22 **Conhecimento compartilhado**  
2º Seminário de Auditoria e Contabilidade, em Porto Alegre, replica temas de destaque da 4ª Conferência do Ibracon

26 **Para não fazer papel de Geni**  
Artigo de Sérgio Varella Bruna mostra que o Ibracon vem enfrentando o desafio de disseminar conhecimento sobre a atividade do auditor independente



32 **Seminário CPC aprofunda debates relevantes**  
Ibracon marcou presença no encontro

# Os rumos do mercado de capitais

REGULADORES DEBATEM IMPACTO DA POLÍTICA MONETÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE OS PAÍSES EMERGENTES E GOVERNANÇA CORPORATIVA DOS EMISSORES

Refletir sobre o papel da atividade de financiamento via mercado de capitais no crescimento econômico global foi o objetivo da 39th Annual Conference of the International Organization of Securities Commissions (Iosco), realizada no Rio de Janeiro, de 28 de setembro a 02 de outubro. “Debatemos temas de inquestionável importância, como fiscalização, governança corporativa, financiamento de longo prazo e proteção dos investidores”, assegura Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a anfitriã do encontro.

A Iosco, que desenvolve e implementa normas de regulamentação, está trabalhando intensamente com o G-20 (grupo das 20 maiores economias) e o Financial Stability Board (FSB) na agenda global de uma reforma regulatória. Os membros da Iosco regulam mais de 95% dos mercados mundiais de valores mobiliários em mais de cem jurisdições. A CVM é a única representante da América Latina a integrar o Comitê Executivo da entidade e, durante a conferência, foi eleita uma das duas vice-presidentes do Comitê de Mercados Emergentes da Iosco. Nesta entrevista exclusiva a *Transparência Ibracon*, Leonardo Pereira comenta os principais tópicos debatidos no encontro.

Que balanço o senhor faz da 39ª Conferência Anual da Iosco?

O evento foi relevante para a análise de temas que consideramos prioritários, já que o país-sede é responsável, também, pelo conteúdo das discussões das sessões abertas. Além disso, foi fundamental para acompanharmos o debate sobre a regulação e os rumos do mercado de capitais em âmbito global.

Representantes de áreas técnicas e membros do colegiado da autarquia tiveram a importante função de acompanhar as discussões que certamente servirão de base para futuras decisões.

Qual a relevância do mercado de capitais brasileiro para a Iosco?

Nosso mercado está em constante desenvolvimento, desempenhando um papel relevante no cenário financeiro mundial e apresentando um quadro regulatório forte. A realização de um evento grandioso como este serviu para ratificar a posição de nosso país no cenário mundial.

Qual a importância de a CVM ter sido eleita vice-presidente do Comitê de Mercados Emergentes da Iosco?

Esse é o maior dos comitês da Iosco, envolvendo 75% dos membros ordinários da organização. Sua tarefa consiste em promover o desenvolvimento e a maior eficiência dos



títulos emergentes e mercados futuros, estabelecendo princípios e normas mínimas, além de permitir a troca de informações e conhecimento entre os membros. O comitê compreende 88 membros das economias que mais crescem no mundo.

A Iosco, inaugurada em 1983, é um organismo internacional com mais de 120 membros, entre os quais 80 reguladores de valores mobiliários e outros participantes do mercado, como bolsas de valores e organizações financeiras regionais e internacionais. A entidade é a única organização internacional de regulamentação financeira que agrega todos os principais mercados emergentes entre os seus membros.

Portanto, é uma grande satisfação participar e atuar ativamente junto a esse comitê, o que demonstra que o Brasil possui um papel de destaque como regulador de mercado, podendo engrandecer as reuniões e sendo referência em inúmeros aspectos.

#### Qual foi a proposta da conferência?

Em linhas gerais, a proposta foi de refletir sobre o papel da atividade de financiamento via mercado de capitais no crescimento econômico global. Para isso, criamos painéis com quatro importantes temas discutidos entre os palestrantes e o público presente.

O primeiro tema tratado foi Fiscalização do Cumprimento das Normas. Abordamos as estratégias que tendem a possibilitar o desenvolvimento sustentável de mercados de capitais locais, por meio do fortalecimento da atividade sancionadora, garantindo o cumprimento das regras e da legislação de proteção ao investidor.

O segundo painel tratou do

## É CADA VEZ MAIS IMPORTANTE HAVER BOA COORDENAÇÃO ENTRE OS REGULADORES DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS

Aperfeiçoamento da Governança Corporativa. Nele discutimos as formas de atuação mais efetivas dos reguladores no cenário de crescimento da governança corporativa. A identificação de riscos e a busca por aprimoramento da regulação esteve em pauta. Também foram discutidos os papéis dos reguladores com relação à governança dos emissores, que procuram, a partir de mecanismos formais de controle e monitoramento das práticas operacionais e dos processos internos, mitigar riscos que possam tornar-se sistêmicos, comprometendo a solidez dos mercados.

O terceiro painel, Financiamento de Longo Prazo, apresentou as avaliações do impacto de inovações como o *crowdfunding*. Tratamos dos desafios para que participantes do mercado e reguladores assegurem um ambiente seguro e sólido para o desenvolvimento dos mecanismos tradicionais de captação de recursos, necessários para capitalização das empresas e viabilização de investimentos de infraestrutura.

No quarto painel, Avanços na Educação e Proteção dos Investidores, discutimos o aprimoramento dos programas de educação financeira, assim como o acesso à informação para a mudança de comportamento e a análise de armadilhas cognitivas

que comprometem a capacidade de planejamento adequado da vida financeira das pessoas.

Qual é sua análise quanto à integração brasileira com entidades similares à CVM no mundo? E qual é a percepção global quanto à regulamentação do mercado brasileiro?

Ao analisarmos outros países percebemos que o nosso mercado de capitais está se expandindo. Estamos falando em um país que tem fundamentos sólidos, reconhecido internacionalmente na área de regulação e que conta com uma classe média emergente enorme, que está consumindo mais e, provavelmente, vai querer investir.

Há mais pessoas poupando e temos de prestar atenção a isso. Nesse contexto, é fundamental termos decisões equilibradas, com objetivo de fazer com que os participantes do mercado se sintam confortáveis e estimulados a conviver em um mesmo ambiente.

O regulador brasileiro passou a analisar se novos produtos ou normas afetam a estabilidade sistêmica. Neste sentido, é constante uma parceria maior entre a CVM e os participantes do mercado em debates, fóruns e mesmo no dia a dia. Desta forma, a autarquia está permanentemente atualizando a regulamentação do mercado de capitais em função de fatores diversos, tais como estruturas inovadoras, experiência da supervisão (inclusive no âmbito do seu Sistema de Supervisão Baseada em Risco), demandas de agentes de mercado, entre outros.

Não há dúvidas de que é cada vez mais importante haver uma boa coordenação entre os reguladores, tanto no ambiente doméstico – cito, aqui, nossos convênios com o Banco

Central, por exemplo – quanto no internacional, com destaque para a nossa participação ativa na losco, no Fórum de Estabilidade Financeira (FSB) e parcerias com outros órgãos, desenvolvendo um trabalho de redesenho dos mercados financeiro e de capitais.

**Quais os principais pontos do Relatório de Riscos dos Mercados de Valores 2014-2015, divulgado no evento?**

Uma das conclusões diz respeito ao preço dos ativos, que segue subindo, enquanto a volatilidade segue baixa. O documento também aponta que uma mudança na postura das políticas monetárias deixará vencedores e perdedores, enquanto os mercados se ajustam a uma nova realidade.

O relatório demonstra certa preocupação com os impactos que as mudanças na política monetária norte-americana devem gerar para os países emergentes, ou seja, àqueles que estão mais vulneráveis à influência do afrouxamento monetário nos Estados Unidos pela maior dependência dos fluxos de capitais. O material também explicita a preocupação dos reguladores com o tema governança corporativa.

**Segundo Greg Medcraft, presidente da losco, há uma grande incógnita no ar: o que acontecerá quando os juros voltarem a subir nos EUA. Qual sua análise sobre o impacto da alta dos juros norte-americanos nos países emergentes?**

Essa é a pergunta que todos estão fazendo. Na conferência, discutimos, por exemplo, a possibilidade de os reguladores do mercado de capitais dos países emergentes minimizarem esses impactos incentivando a criação de produtos de longo prazo e uma menor dependência dos grandes bancos investidores.



O importante é estarmos preparados para enfrentar qualquer tipo de adversidade. Por isso, é um desafio aprimorar constantemente a regulação e a coordenação entre os órgãos reguladores dos mercados mundiais, além de investir em capacitação interna e nas questões que envolvem a educação financeira.

**Greg Medcraft também manifestou preocupação com um risco sistêmico. De que forma a losco pode atuar, em termos de coordenação entre os órgãos reguladores dos mercados financeiros, para evitar esse risco?**

Percebo que há uma preocupação geral em buscar uma regulação harmônica entre os países e também em chegar a um meio termo entre o excesso de regulação e a falta dela. Entre os principais riscos no radar, vale mencionar o de interrupção de operações do mercado por problemas tecnológicos. Por isso, há necessidade de investir em capacitação dos reguladores para lidar com esses eventos, pelo seu potencial risco sistêmico.

**Em seu discurso na conferência, o senhor enfatizou o esforço da CVM para acelerar processos e realizar**

**investigações consistentes. Qual o impacto do *enforcement* brasileiro na credibilidade do mercado?**

O uso de informação privilegiada é crime e trata-se de um dos pontos que devemos sempre fiscalizar. É uma irregularidade que atrapalha o bom andamento do mercado. Em termos concretos, começamos a dar forma a uma força-tarefa, envolvendo todas as áreas da CVM, que, de alguma forma, supervisionam e fiscalizam o uso de informações privilegiadas.

Essa força-tarefa será responsável pela pesquisa de novas tecnologias e métodos de investigação. Tais esforços podem envolver a revisão das políticas e procedimentos concebidos por conglomerados financeiros e empresas, a fim de evitar o uso indevido de material, informações não públicas, com o objetivo não só de identificar falhas mas, acima de tudo, identificar e recomendar as normas que devem ser perseguidas.

Uma das iniciativas é acompanhar 100% das negociações realizadas pelos administradores de companhias abertas nos 15 dias que antecedem a divulgação de seus balanços financeiros. ✓

# Bolsa verde e amarela



## NOVA LEI, QUE FACILITA E REDUZ CUSTOS PARA O ACESSO DAS PMES, PROMETE SER UM DIVISOR DE ÁGUAS NO MERCADO DE CAPITAIS

Sancionada em novembro, a Lei nº 13.043/2014, resultante da Medida Provisória (MP) nº 651/2014, representará um divisor de águas para o mercado de capitais brasileiro. Essa é a aposta dos *stakeholders* e reguladores. Para eles, as medidas têm grande potencial de alavancar não apenas a Bolsa de Valores como também as pequenas e médias empresas, por facilitar e reduzir custos do acesso ao mercado de ações.

“As medidas vão refletir no crescimento econômico do País. A nova pequena e média empresa vai fazer história, gerar riqueza e será um dos motores para o crescimento da economia brasileira nos próximos anos”, analisa Edemir Pinto, presidente da BM&FBovespa.

A lei altera a tributação de investimentos no mercado financeiro e de capitais e deixa mais claro o tratamento tributário aplicável ao tomador nas operações de



ADRIANO FARIA



EDEMIR PINTO

empréstimos de ativos financeiros. Também estabelece um avanço ao criar um novo regime tributário para os investidores em fundos de índice de renda fixa e conferir isenção do Imposto de Renda sobre os ganhos de pessoas físicas ao negociar ações de pequenas e médias empresas em Bolsa.

As medidas de incentivo ao mercado de capitais ajudarão as PMEs a se lançarem na Bolsa à procura de investidores, podendo alavancar o crescimento do volume de acionistas brasileiros, hoje da ordem 1,6%, muito aquém do que ocorre nos Estados Unidos (20%) e no Canadá (35%). Ao mesmo tempo em que têm potencial, ainda, para atenuar a dificuldade das PMEs para manter capital de giro ou buscar empréstimos, sinalizando um cenário mais promissor para esse segmento.



CRISTIANA PEREIRA

**"A BOLSA LISTA 230 EMPRESAS. UM TERÇO DELAS TEM PERFIL DO BOVESPA MAIS, PODENDO SER BENEFICIADAS POR ESSAS MEDIDAS DE INCENTIVO"**

A lei também concede isenção do IR incidente sobre o ganho de capital da pessoa física nas operações de venda, direta ou por meio de fundos de investimento, de ações de PMEs, desde que o faturamento não exceda R\$ 500 milhões no ano anterior e o valor de mercado seja inferior a R\$ 700 milhões.

"Trata-se de um marco importante para a consolidação e o crescimento do Mercado de Acesso nacional, notadamente para as PMEs. Entretanto, é importante ter em mente que o ritmo de crescimento estará fortemente atrelado à conjuntura macroeconômica interna e ao próprio desempenho do Novo Mercado, principal segmento da Bovespa. Esperamos que se crie, em 2015, um ambiente de menor volatilidade macroeconômica e o consequente retorno dos IPOs (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) no Novo Mercado, mas não traçamos nenhuma meta de IPOs para o Mercado de Acesso", analisa Márcio Spata, chefe do departamento de Gestão de Participações da Área de Capital Empreendedor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para Cristiana Pereira, diretora Comercial e de Desenvolvimento de Empresas da BM&FBovespa, a lei tem potencial para atrair o investidor a comprar ações de empresas menores, ao mesmo tempo em que favorece as PMEs. Elas, agora, estão desobrigadas de publicar demonstrativos contábeis anuais, atas de assembleias em diários oficiais e em jornais de grande circulação, com consequente redução de custo.

"O universo de empresas que faturam de R\$ 100 milhões a R\$ 400 milhões por ano é enorme. Nada menos que 15 mil empresas poderão ter acesso ao mercado de capitais, para alavancar seu crescimento por meio do financiamento a ser obtido na Bolsa", afirma Adriano Faria, diretor Nacional de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes do Ibracon (FAPMP).

"A BM&FBovespa lista 230 empresas. Um terço delas tem o perfil do Bovespa Mais, podendo ser beneficiadas por essas medidas de incentivo", destaca Cristiana Pereira.

# Redução de custos para PMEs

A diretora da BM&FBovespa explica que a entidade realizou um estudo que resultou em 12 propostas, as quais, agora, serão transformadas em lei. Essas propostas fazem parte do diagnóstico conjunto de um grupo composto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Agência Brasileira de Inovação (Finep). Liderado pela BM&FBovespa, o grupo criou um Comitê Técnico de Ofertas Menores, que visitou sete países (Inglaterra, Polônia, Espanha, Canadá, Austrália, Coreia do Sul e China) e elaborou um programa para tornar o mercado mais acessível em termos de preparação da oferta e redução de custo às PMEs.

No caso da isenção do IR sobre ganho de capital, por exemplo, para investidores que adquirirem papéis das empresas elegíveis, o benefício é válido até dezembro de 2023. Para ser considerada elegível, a companhia precisa cumprir de maneira acumulativa determinados requisitos, como ser listada em segmento especial de governança corporativa da Bolsa (Bovespa Mais ou Novo Mercado); contar com capital social composto apenas por ações ordinárias; ter realizado emissão primária de, no mínimo, 67% do total da oferta; apresentar valor de mercado inferior a R\$ 700 milhões, na data da oferta para as novas ou a média ponderada do valor das ações nos últimos 30 dias para as já listadas; ter receita bruta inferior a R\$ 500 milhões no exercício social anterior ao ano do IPO; além de assumir compromissos de governança corporativa como arbitragem, *tag along* de 100% das ações, e realização de oferta pública de aquisição de



MÁRCIO SPATA

“É UM MARCO IMPORTANTE PARA A CONSOLIDAÇÃO E O CRESCIMENTO DO MERCADO DE ACESSO, NOTADAMENTE PARA AS PMES”

ações (OPA) em caso de deslistagem ou saída do segmento.

## Apoio

Todas as iniciativas em curso, tanto por parte do Governo Federal (incentivo fiscal para o investidor) quanto da BM&FBovespa (redução de custos), são de grande importância para o crescimento do Mercado de Acesso. “O programa de apoio às ofertas nesse segmento conta com orçamento de R\$ 1 bilhão e permite à BNDESPar dar

uma garantia firme de até 20% dos IPOs a serem realizados no Mercado de Acesso; e temos dois fundos de investimentos com participação de até 30% dos seus patrimônios comprometidos, sendo que ambos investirão em empresas que pretendam realizar seus IPOs no Mercado de Acesso”, explica Spata.

Para as empresas que já se encontram na carteira do BNDESPar, há um compromisso de realizar um IPO no Bovespa Mais ou no Novo Mercado (empresas de maior porte) após um determinado prazo previsto no acordo de acionistas. A etapa da listagem precede o IPO e é importante porque começa a preparar a companhia para um futuro IPO, contribuindo para a melhoria da sua governança e do seu conhecimento pelo mercado.

O Bovespa Mais, segmento de acesso criado pela Bolsa para empresas menores, tem nove companhias listadas. O Bovespa Mais segue os mesmos princípios do Novo Mercado em termos de boas práticas de governança corporativa. No entanto, os requisitos de listagem no segmento são mais adequados a empresas que desejam ingressar no mercado de capitais de forma gradativa. Alguns dos requisitos necessários para as companhias se listarem no Bovespa Mais são: emitir somente ações ordinárias; não ter partes beneficiárias; mandato unificado de dois anos dos membros do Conselho de Administração; *tag along* nas mesmas condições obtidas pelos controladores, em caso de alienação de controle; realizar OPA das ações em circulação, no mínimo pelo valor econômico, nos casos de saída do segmento ou do cancelamento do registro de companhia aberta.

# Oportunidades interessantes

“As oportunidades de investimento no Brasil são interessantes. Porém, elas serão efetivamente representativas se o mercado de capitais se fortalecer. Para tanto, é importante estarmos atentos para uma regulação clara, adequada e rigorosa. Não podemos correr o risco de perder oportunidades de crescimento. É fundamental que os agentes que atuam no mercado de capitais estejam cientes e protegidos por uma regulação forte, eficiente e eficaz, de modo a inibir condutas que tragam prejuízos aos participantes. Este é, sem dúvida, um dos caminhos para maior desenvolvimento do mercado. Assim sendo, creio que o mercado deve criar alternativas para canalizar poupanças e financiar o crescimento do Brasil. A CVM está pronta para isso”, garante Leonardo Pereira, presidente da autarquia. Este ano, a CVM assinou com o governo britânico uma parceria que visa a aprimorar o mercado de títulos privados no Brasil, em busca de exemplos de operações mais maduras. As debêntures corporativas têm crescido. “Porém, quando olhamos para outros países emergentes, vemos que há espaço para continuar a crescer”, analisa o presidente.

Ele afirma que, no Comitê Técnico de Ofertas Menores, coube à CVM flexibilizar algumas normas e, com isso, oportunizar este mercado. As alterações das Instruções CVM nº 476/09, 391/03, 400/03, 409/04 e 358/02 refletem algumas das propostas elaboradas pelo Comitê e encaminhadas à autarquia com o objetivo de aprimorar o ambiente regulatório para que empresas de menor porte consigam acessar o mercado de capitais e se financiar por meio de emissões públicas de ações. “As expectativas são as melhores possíveis, tendo em vista que, com essas e outras ações, destravamos o mercado



LEONARDO PEREIRA

## “É POSSÍVEL QUE BOA PARTE DOS ENTRANTES SEJA DE INVESTIDORES PESSOAS FÍSICAS”

e oferecemos oportunidade para novos entrantes”, argumenta Pereira.

O presidente da CVM lembra que, em junho, a entidade editou a Instrução 549/14, que alterou a Instrução 409/04, criando o Fundo de Investimento em Ações - Mercado de Acesso (FMA), cuja política de investimento é aplicar pelo menos dois terços do patrimônio em ações de companhias listadas neste segmento. A norma também regulamenta mecanismos para viabilizar o investimento em companhias menos líquidas autorizando os FMA, constituídos sob a forma de condomínio fechado, a recomprar cotas do próprio fundo, quando estiverem sendo negociadas em mercado abaixo do seu valor patrimonial. Os FMA também poderão investir até um terço do patrimônio em companhias fechadas, desde que tenham ingerência na gestão dessas companhias nos mesmos moldes

exigidos dos fundos de investimento em participação.

“Do ponto de vista das possibilidades envolvendo as PMEs, é possível que boa parte dos entrantes seja de investidores pessoas físicas. Assim, é fundamental que os investidores tenham conhecimento para que possam acompanhar as transformações do mercado e investir com responsabilidade. Além disso, é importante destacar a proteção do mercado, que se dá com regulação e supervisão eficazes e com um processo sancionador estruturado para evitar que as irregularidades passem impunes. Temos um ambiente regulatório amplo, sólido e que acompanha, de maneira efetiva e funcional, as necessidades do mercado de valores mobiliários e, conseqüentemente, dos investidores”, finaliza Pereira. ✓

# Construindo o futuro

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil participou, em novembro, do 19º Congresso Mundial de Contabilidade, em Roma. Organizado pelo Conselho Nacional de Contabilistas e Auditores Certificados (CNDCRE) e pela Federação Internacional dos Contadores (Ifac), o evento versou sobre o tema *Visão 2020: Aprendendo com o Passado, Construindo o Futuro*.

O fio condutor do encontro foi destacar o papel fundamental da contabilidade, em meio às mudanças econômicas, políticas e sociais, que se processam em ritmo cada dia mais veloz.

“A integridade, a ética e a transparência perpassaram todos os temas abordados no encontro. Os debates sobre as recentes tendências comerciais e econômicas globais formaram um panorama riquíssimo”, avalia Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon, que participou do encontro ao lado de Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon Nacional; Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, e Monica Foerster, diretora da 6ª Regional do Ibracon Nacional, que abrange o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

“O Congresso Mundial de Contabilidade é uma oportunidade única para partilhar experiências regionais e trocar ideias sobre o papel da contabilidade. Debateremos as melhores práticas para o futuro em um contexto

## Anote

O XXXI Seminário Interamericano de Contabilidade já tem data marcada: de 17 a 20 de setembro de 2015, em Punta Cana, na República Dominicana. Consulte mais informações sobre o evento no site [www.cic2015republicadominicana.com](http://www.cic2015republicadominicana.com)



privilegiado, uma vez que o encontro reúne as mentes mais influentes e inovadoras no mundo dos negócios, finanças, política de normatização e tomadores de decisão de todo o mundo”, conclui o presidente do Ibracon.

O congresso contou com a presença de profissionais da contabilidade, órgãos oficiais governamentais e delegações de todo o mundo.

Mônica Foerster, representante do Brasil no Comitê de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes da Ifac, participou do Painel SMPS 2020, que tratou das mudanças e das necessidades das PMEs na próxima década. “Entre outros pontos, foram abordados os impactos da crescente globalização, da mudança tecnológica, das tendências regulatórias e do ambiente de negócios em evolução, além dos desafios e oportunidades para as PMEs”, explica Monica.

Também participaram do evento Ana María Elorrieta, membro do Conselho da Ifac e ex-presidente da Diretoria Nacional do Ibracon; José Martonio Alves Coelho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Marco Aurélio Cunha, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG) e da 4ª Seção Regional do Ibracon; Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) e ex-presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon; Sérgio Approbato Machado Júnior, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação Profissional das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Aescon-SP). ✓



# O FUTURO é AGORA

Um dos maiores expoentes da administração moderna, Peter Drucker (1909-2005) afirmava: “As únicas coisas que evoluem por vontade própria em uma organização são a desordem, o atrito e o mau desempenho”. Esse pensamento era complementado com a assertiva de que “a melhor maneira de predizer o futuro é criá-lo”.

Essas duas frases célebres resumem as transformações iniciadas, há seis anos, no Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com a alteração na estrutura de gestão, que levou à criação do Conselho de Administração, para traçar a estratégia de desenvolvimento do Ibracon. A Diretoria Nacional se incumbem de colocar os projetos em execução.

O resultado que o Instituto colhe, ano após ano, não é uma casualidade, mas fruto de uma firme decisão de determinar o próprio futuro e salvaguardar o futuro da profissão e dos profissionais do mercado de auditoria independente. E esse futuro vem sendo formatado dia a dia, sempre com foco na estratégia de identificar desafios e endereçar as discussões mais relevantes da profissão.

“Nosso modelo de governança, com um Conselho de Administração e uma Diretoria Nacional, teve um papel

fundamental nos nossos avanços institucionais e no avanço em defesa da profissão” diz Eduardo Pocetti, que encerra este ano seu mandato como presidente da Nacional (gestão 2012/2014).

“Muitos resultados já foram colhidos. E muitos outros se avizinham. Já encaminhamos a discussão para a limitação de responsabilidade do auditor independente e obtivemos avanços em relação ao tema no Banco Central. Mas muito ainda precisa ser feito nessa direção”, explica Pocetti.

“Sem sermos arrogantes estamos mostrando à sociedade, ao Governo e aos reguladores a nossa importância para o desenvolvimento do Brasil e do mercado de capitais. Mas ainda temos muitos projetos em andamento, sempre com o foco de mostrar a relevância da auditoria independente a outros agentes de mercado”, diz o presidente.

Ele destaca, ainda, que o Ibracon há muito é reconhecido pela qualidade técnica e que, agora, o Instituto vem intensificando seu investimento no reconhecimento junto à sociedade. “Queremos ser mais conhecidos e reconhecidos”, diz.



## Avanços na limitação da responsabilidade do auditor independente

Atento às questões que impactam o desenvolvimento e o fortalecimento da atividade de auditoria independente no Brasil, o Ibracon traçou um plano, em diversas esferas, para abordar questões prementes, dentre as quais se destaca a limitação de responsabilidade do auditor independente.

Dada a importância do tema, o Instituto tem se dedicado a cumprir uma agenda intensa com importantes entidades e órgãos reguladores, incluindo o Banco Central, com o qual o Ibracon esteve reunido em audiências com diretores e representantes da Diretoria de Organização do Sistema Financeiro (Diorf), da Diretoria de Fiscalização (Difis) e do Departamento de Normas.

Atendendo ao pleito do Instituto, o BC deu um passo importante para reduzir a insegurança jurídica quanto ao grau de responsabilidade das firmas de auditoria nos processos que resultam em regime de intervenção e liquidação de instituições financeiras. As firmas de auditoria que auditam os balanços passaram a adquirir o direito de serem ouvidas antes de o BC apresentar o relatório final de inquérito no qual aponta os responsáveis pelos problemas encontrados nas instituições.

A possibilidade de a comissão de inquérito convidar as firmas de auditoria a prestar esclarecimento caso encontre indícios de negligência ou imperícia consta da Portaria 82.265, assinada pelo

presidente do BC, Alexandre Tombini.

O documento reforça que estamos avançando na discussão sobre a delimitação da responsabilidade civil dos profissionais e seguimos no caminho certo para manter a confiança da sociedade na atividade de auditoria independente e a relevância da atuação profissional.



Na 4ª Conferência do Ibracon, a responsabilidade do auditor foi debatida por Leonardo Cantidiano, Nelson Carvalho, Ana Novaes e o promotor Eronides Rodrigues dos Santos

# Estreitando relações



**EDUARDO POCETTI E JOÃO AUGUSTO NARDES, PRESIDENTE DO TCU**



**POCETTI COM CARLOS BARRETO, SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, E FERNANDO MOMBELLI, COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO**



**REUNIÃO DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)**

Um dos pontos centrais do planejamento do Conselho de Administração, que vem sendo levado a efeito nos últimos seis anos, é desenvolver um relacionamento político institucional forte, de modo a criar condições para que o Ibracon atinja seus objetivos: ampliar o mercado de auditoria, construir um ambiente regulatório mais favorável para o desenvolvimento da profissão, discutir assuntos que ainda envolvem riscos para a profissão, a exemplo das recentes ações visando à limitação da responsabilidade do auditor independente.

“Estreitar relações com os reguladores é uma das ações fundamentais para atingirmos nossos objetivos. E continuará norteando nossas ações. Convivemos com muitos reguladores. A profissão é muito regulada e os setores com os quais atuamos também. Daí a necessidade de mantermos um trabalho contínuo de aproximação, de modo a que todos entendam qual é o papel da auditoria independente, seus limites e suas responsabilidades”, diz, destacando que muito já se fez em termos de aproximação com o Ministério Público, com o Banco Central, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e com a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), entre outras entidades e instituições do mercado.

“A meta é intensificar ainda mais as ações de aproximação com o Judiciário, o Congresso Nacional e o Poder Executivo. E já estamos mais presentes junto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério da Fazenda. Abrimos várias frentes para tratar de questões regulatórias e tributárias. O foco principal dessas iniciativas é ampliar o conhecimento das partes sobre o papel do auditor e lançar luzes quanto aos reais limites da responsabilidade civil da profissão”, afirma Pocetti.

O presidente também destaca a maior presença do Ibracon no mercado por meio da promoção de eventos conjuntos e da participação em entidades relevantes para a profissão. “Estamos fortemente presentes no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde já estávamos



**CURSO PARA JORNALISTAS AJUDA A DIFUNDIR CONHECIMENTO SOBRE PAPEL DO AUDITOR**

à frente da Coordenadoria Técnica e, agora, assumimos a Coordenadoria de Relações Internacionais. Também integramos o Conselho de Sustentabilidade Empresarial (Cise), da BM&FBovespa”, elenca Pocetti.

Vale destacar, ainda, a presença do Ibracon no Comitê Gestor do Cadastro de Empresas Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União (CGU) e no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. “No CFC, nossa atuação é intensa”, acrescenta o presidente do Ibracon, que participa da comissão para implantação da Res. 1.445/13, da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica, do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade, da Comissão de Educação Profissional Continuada, do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, da Comissão do Código de Ética, da Comissão de Melhorias na Gestão de Recursos Públicos, da Comissão IFRS para PME, da Comissão de Taxonomia XBRL, da Comissão ITG 1002 e do GT Ambiental.

Pocetti ressalta que essa atuação institucional reforça ainda mais o reconhecimento da expertise técnica do Ibracon. “Mesmo abrindo novos caminhos, mantivemos nossa presença técnica junto a diversas entidades, nacionais e internacionais. Continuamos liderando o processo de tradução do livro do IFRS, como parceiros da IFRS Foundation. Estamos presentes na The International Federation of Accountants (Ifac) e no International Accounting Standards Board (Iasb).



**EDUARDO POCETTI, WARREN ALLEN, PRESIDENTE DA IFAC, JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO, EX-PRESIDENTE DO CFC**



**IDÉSIO COELHO, AMARO GOMES, MEMBRO DO BOARD DO IASB, JANE PIKE, GERENTE TÉCNICA DO IASB, E EDUARDO POCETTI**



**POCETTI NA MILÉSIMA REUNIÃO PLENÁRIA DO CFC**

## Modernização da estrutura administrativa

Quando tomou posse na Nacional, Eduardo Pocetti assumiu o compromisso de investir na qualificação da equipe.

Após um processo de modernização tecnológica e estruturação da área de TI, e de revitalização das áreas de Desenvolvimento Profissional e Financeira, a Nacional criou a área Técnica. “Parte do conhecimento técnico gerado internamente, dos debates dos Grupos de Trabalho e das comissões, ficava desagregada, armazenada com os próprios GTs e comissões. A área Técnica nasceu com a missão de organizar todo o conhecimento gerado no Ibracon”, explica o presidente.

Um dos objetivos da área é sistematizar esse conhecimento de modo a poder compartilhá-lo com as demais áreas, como a de Educação Continuada e de Comunicação, e com os associados. “Queremos repassar nossa *expertise* técnica aos associados. Para isso, a área vem

acompanhando de perto os GTs e as comissões, criando um fluxo de informação e redistribuindo conhecimento, não apenas interno como também da atuação técnica do Ibracon nas entidades nacionais e internacionais com as quais nos relacionamos”, resume Pocetti.

Ele também ressalta os avanços na área de Comunicação, com o fortalecimento e ampliação dos canais de comunicação com os profissionais e públicos de interesse do Instituto. Um dos resultados desse fortalecimento foi o desenvolvimento, neste ano, do vídeo institucional do Ibracon. O vídeo foi produzido em português, com versões legendadas em inglês e espanhol, para atingir os diversos públicos do Instituto e entidades de relacionamento.



### Regionais

O fortalecimento das Seções Regionais do Ibracon está contemplado no projeto de levar os conteúdos da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente para todo o País, por meio de miniconferências, a exemplo da realizada, em Porto Alegre, pela 6ª SR, em novembro.

“A Conferência da Nacional já se consolidou como o principal evento para a área de auditoria independente no Brasil, com ampla presença de profissionais e debate de temas relevantes para a profissão. Agora, vamos replicar o conhecimento gerado para todas as regionais”, conclui Pocetti.

## Foco nas FAPMP

O Ibracon mantém, ainda, um foco constante nas Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), não apenas visando à ampliação do espaço ocupado por elas no mercado nacional de auditoria independente.

“Muitos associados são FAPMP. Trabalhamos para que essas firmas não apenas conquistem uma maior fatia do mercado, como também para que sejam reconhecidas no mercado. E isso se dá com nosso aporte de investimentos em treinamento de educação continuada”, diz Pocetti.

O tema FAPMP permeia todas as ações do Ibracon, a exemplo da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que destinou um dia inteiro de palestras e painéis abordando temas pertinentes ao segmento. “Tratamos de forma bem aprofundada as questões de gestão. Queremos ajudar as FAPMP

a desenvolverem mecanismos de gestão adequados. Essa é uma tônica constante do Ibracon. Damos suporte às FAPMP para que elas estejam sempre mais aptas, mais qualificadas para ocupar os espaços de mercado que vêm sendo abertos”, diz Pocetti.

Ele adianta que o Instituto está trabalhando em uma ferramenta de suporte que facilite o processo de auditoria para as FAPMP. “No momento, a discussão se dá em torno da elaboração de uma metodologia própria para as FAPMP. Já que elas não têm parceiros internacionais, precisamos ajudá-las a desenvolver essas ferramentas, sejam materiais de trabalho ou programas específicos para fazer a auditoria”, acrescenta.

Vale lembrar que o Ibracon conta também com a Diretoria de FAPMP, o que sinaliza o grau de importância que o segmento tem para o Ibracon.



Conferência dedicou um dia inteiro às firmas de pequeno e médio portes

## Educação Continuada

A Educação Continuada é um tema muito caro ao Ibracon, que desenvolve um grande projeto de ampliação do ensino on-line, ao mesmo tempo em que intensifica a participação no processo de formação dentro das universidades, a exemplo do Projeto de Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A iniciativa, batizada de Projeto BID, é

desenvolvida pelo Ibracon em parceria também com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Trata-se de um programa concebido na modalidade de curso a distância (eLearning), que disponibilizou 1.100 vagas gratuitas para capacitação em IFRS (normas contábeis internacionais), sendo uma para cada IES (Instituição de Ensino Superior) que ofereça curso de graduação em Ciências Contábeis. O professor que recebe o treinamento compromete-se a ser multiplicador

do conhecimento em sua unidade educacional.

Já o projeto de ampliação da educação on-line envolve o desenvolvimento de um programa com conteúdo diferenciado, de modo que o profissional escolha o curso conforme seu estágio na carreira. “Essa grade contemplará cursos desenvolvidos especificamente para sócios, gerentes e mesmo para *trainees*. Acreditamos que isso vai beneficiar um maior leque de associados”, diz Pocetti. ✓

# Conhecimento compartilhado

## 2º SEMINÁRIO DE AUDITORIA E CONTABILIDADE, EM PORTO ALEGRE, REPLICA TEMAS DE DESTAQUE DA 4ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA, DO IBRACON

A 6ª Seção Regional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil promoveu, em novembro, em Porto Alegre, o 2º Seminário de Auditoria e Contabilidade. O evento teve como objetivo repercutir na região Sul – portanto, fora do eixo Rio-São Paulo –, os temas que estiveram em evidência na 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, realizada na capital paulista em agosto.

“A qualidade dos debates da Conferência Brasileira precisa ser compartilhada. Como entidade de reconhecida capacidade técnica, é nosso papel difundir o grande volume de conhecimento que vem sendo gerado nas palestras e painéis realizados com autoridades, órgãos fiscalizadores e reguladores nacionais e internacionais”, afirma o presidente do Ibracon Nacional, Eduardo Pocetti, que abriu o evento, realizado pela Regional, que abrange os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade gaúcho (CRC-RS) e do BID/Fomin.

Entre os temas da Conferência Nacional levados para o evento um dos mais relevantes foi o descompasso entre o real papel do auditor e a forma como lhe são cobradas responsabilidades legais em casos de fraudes em empresas auditadas.

“Nós já estamos no quarto ano da conferência nacional e agora fazemos um sumário desse evento numa regional. Começamos pelo Rio Grande do Sul por ser uma praça muito forte de firmas de auditoria e contabilidade e, em 2015, esperamos poder fazer o mesmo em outras regionais do Ibracon em conjunto com seus conselhos regionais”, explica Pocetti. O Rio Grande do Sul conta

com 497 municípios e um total de 38.425 profissionais da contabilidade, segundo dados do CFC.

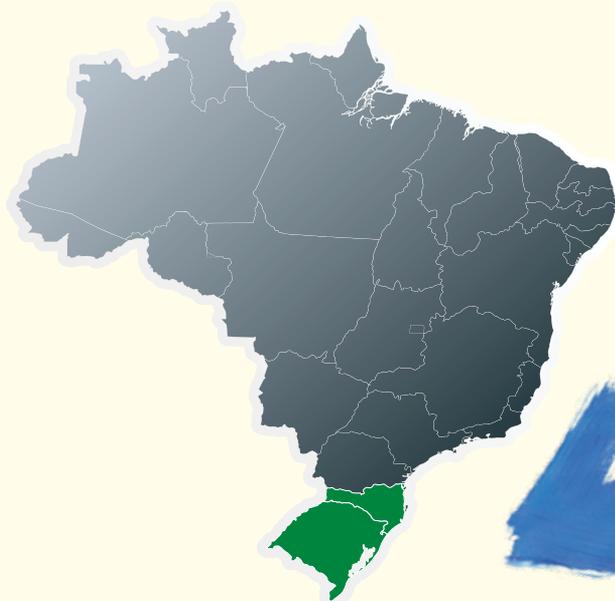
Em seu discurso de abertura, o presidente da 6ª Regional do Ibracon Marcelo de Deus Saweryn exaltou o sucesso no número de inscrições no evento. “A participação significativa demonstra o crescente interesse dos auditores independentes em atualização e qualificação”, disse.

### O papel do auditor

Avançando no debate sobre a responsabilidade do auditor independente, o painel moderado por Antônio Carlos Palácios, membro do Conselho de Administração do Ibracon e presidente do CRC-RS, contou com as participações de Sérgio Varella Bruna, sócio no escritório Lobo & de Rizzo Advogados, Enory Luiz Spinelli, sócio no Spinelli Contabilidade, e Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon Nacional.

Idésio Coelho defendeu que o conhecimento dos limites da responsabilidade do auditor independente ajuda o profissional não só a interagir com os diversos participantes de mercado, mas também é fundamental para que ele consiga defender-se em caso de necessidade. “A sociedade e os reguladores muitas vezes não entendem esse trabalho do auditor. O trabalho está longe de ser apólice de seguro”, comentou.

Os profissionais apontaram que a responsabilidade pela gestão das empresas deve ser assumida por seus acionistas e administradores e não pelo auditor independente. “O auditor é um dos intermediários entre a administração e



ANTÔNIO CARLOS  
PALÁCIOS, MARCO  
AURELIO FUCHIDA,  
EDUARDO POCETTI  
E MARCELO DE DEUS  
SAWERYN

o mercado ao lado de outros, como os reguladores, a imprensa, os analistas, as agências de risco”, disse Sérgio Bruna.

Para Enory Spinelli, “estamos passando por um processo de mudança que exige responsabilidade e conhecimento”. Segundo o profissional, se o trabalho de auditoria não foi realizado adequadamente ou se ficar comprovado que o auditor compactuou com a prática fraudulenta, ele deve ser responsabilizado. “Mas, normalmente, a fraude acontece antes do trabalho do auditor e, nesses casos, a responsabilidade está nas mãos dos gestores das empresas”, acrescentou Coelho.

Os profissionais do painel defenderam que o trabalho do auditor tem suas limitações e não é direcionado para capturar fraudes. “O trabalho do auditor é feito com base numa asseguuração razoável, em técnicas estáticas, com amostragem e não é revisão de 100%. Ele aumenta a credibilidade, mas não é prova de que não exista fraude ou de que a companhia não vai ter problemas de continuidade num futuro”, concluiu Coelho.

Antônio Palácios, membro do Conselho de Administração do Ibracon e presidente do CRC-RS, destacou: “O trabalho desses profissionais tem de ser valorizado de acordo com a importância que a auditoria tem para a vida em sociedade e para a nação”.

# Novo relatório do auditor

O tema Novo Relatório do Auditor Independente foi tratado no painel comandado por Wanderley Olivetti, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), e moderado por Paulo Ricardo Alaniz, diretor Técnico da 6ª Seção Regional do Ibracon e vice-presidente técnico do CRC-RS.

A apresentação teve como foco as normas técnicas do novo relatório e as exigências para adequação às normas técnicas internacionais. Ainda foi explorado um resumo das propostas de alteração e as características do novo estilo dos relatórios emitidos na Europa. “Estamos saindo do modelo de relatórios com parágrafos padronizados para um material mais informativo. A própria demonstração contábil tornou-se mais clara, apresentando contextualização em relação aos números”, comentou Alaniz.



WANDERLEY OLIVETTI

NOVO RELATÓRIO INCLUI  
MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS  
DE RISCO E DE ATENÇÃO

Wanderley Olivetti expôs as principais modificações.

“Agora incluímos mais informações sobre áreas de risco e de atenção: como elas foram endereçadas, a conclusão do auditor, as exigências de divulgação de materialidade utilizadas pelo auditor para a condução de seus trabalhos, o nível de informação de ajustes detectados inferiores à materialidade e a adequada comunicação aos níveis de governança das companhias”, esclareceu.

## FAPMP

O painel Desafios da Gestão de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes foi apresentado pelo membro do GT de FAPMP Paulo César Peppe e moderado por Mônica Foerster, integrante do SMPC, da diretoria da Seção Regional de Porto Alegre e do Grupo de Trabalho de FAPMP do Ibracon.

As possibilidades de melhoria dos negócios das FAPMP conduziram a apresentação de Paulo César Peppe. Ele abordou questões como a competitividade entre as firmas de auditoria, a necessidade de investimento em qualificação das equipes, a participação nos programas de educação continuada, a adequação às regras de mercado e a utilização de novas metodologias e recursos tecnológicos como ferramentas para mitigar as dificuldades do dia a dia.



MÔNICA FOERSTER

## EDUCAÇÃO CONTINUADA ELEVA QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES

“O mercado é composto por uma maioria de firmas de auditoria de pequeno e médio portes. Antigamente, a metodologia era menos complexa. A tecnologia, então, era o lápis e a borracha. Hoje, não podemos descuidar disso. Muitas firmas não dão esse foco, mas a qualidade de seu trabalho é questionável”, comentou Peppe.

Mônica Foerster aproveitou a deixa para citar a educação continuada como uma das grandes aliadas das FAPMP no processo de conquista de mercado. “As firmas de pequeno e médio portes devem buscar o máximo de aperfeiçoamento e atualização técnica para desenvolver um trabalho de excelente qualidade dentro do seu próprio perfil e do perfil dos seus clientes”, ela enfatizou. “As ferramentas tecnológicas



PAULO CÉSAR PEPPE

podem servir como disseminadoras de informação”, completou Peppe, citando os treinamentos à distância para o caso de firmas situadas fora dos grandes centros. ✓

## Lei nº 12.973/14

O painel, realizado por Fernando Giacobbo e Fábio Abreu de Paula, ambos sócios da PwC, foi moderado por Marcelo de Deus Saweryn, presidente da 6ª Regional do Ibracon, e abordou as principais mudanças que a nova lei nº 12.973 traz para a Contabilidade.

Publicada em 14/5/2014, ela é considerada um marco na história da profissão uma vez que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e disciplinou os efeitos fiscais da adoção

do padrão contábil internacional (IFRS).

Os contadores do painel expuseram que, com o fim do RTT, o balanço contábil torna-se o ponto de partida para calcular o imposto de renda. O IR passa a ser feito com base na contabilidade oficial, que serve também para o acionista da empresa. “Essa lei vem para acabar com a dualidade da contabilidade, ou seja, uma contabilidade feita para atender ao Fisco e outra para atender ao acionista”, comentou Giacobbo.

A mudança de mentalidade e o reforço no treinamento dos envolvidos no cenário tributário, principalmente, dos auditores também foram pontos de atenção destacados pelos participantes. “Com a contabilidade cada vez menos calcada apenas em regras e mais interpretativa, é essencial que haja preparo dos profissionais para a melhor compreensão e eficiente aplicação das novas regras fiscais”, apontou Giacobbo.

# Para não fazer papel de Geni

AUDITORIA NÃO É SEGURO. COMO EXIGIR QUE O AUDITOR RESPONDA POR ERROS OU FRAUDES PREEXISTENTES, QUE ELE NÃO COMETEU?

Após dez anos trabalhando em temas relacionados à regulação da profissão de auditor independente, tenho agora o prazer de cooperar com o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em seu projeto para disciplinar a responsabilidade civil da profissão. Tema espinhoso que, frequentemente, provoca arroubos precipitados, gerando o risco de decisões emocionais, fundadas em um conhecimento precário do que seja a auditoria.

É difícil pensar em uma atividade mais mal compreendida do que a do auditor independente. Eu mesmo levei um bom tempo até adquirir uma visão mais clara do que faz o auditor e do que dele se pode esperar. Esse desconhecimento prevalece não somente nos meios jurídicos, mas em vários outros setores da sociedade que, de um modo ou de outro, acabam lidando com o resultado do trabalho do auditor. Assim ocorre com a imprensa, com analistas de mercado e – acreditem – até com autoridades governamentais.

O pior de tudo é que, comumente, nos meios jurídicos, os profissionais

acreditam saber do tema tudo o que é preciso. Por isso, com frequência, os aplicadores do Direito não estão dispostos a investir tempo em melhor compreender o trabalho do auditor independente. As consequências são desastrosas: não se pode aplicar normas jurídicas de modo satisfatório a fatos cujo significado se desconhece. Fazer justiça, em uma situação dessas, é algo que se torna improvável e somente ocorrerá por obra do acaso.

Para os auditores independentes, a ignorância é o maior risco de todos. É preciso assegurar que aqueles que entram em contato com relatórios de auditoria saibam o que é a auditoria independente e ao que ela se destina. Sim, porque a auditoria independente compreende um conjunto de técnicas que visam a conferir “maior confiabilidade” às demonstrações contábeis da entidade auditada, mediante a aplicação de testes, por amostragem.

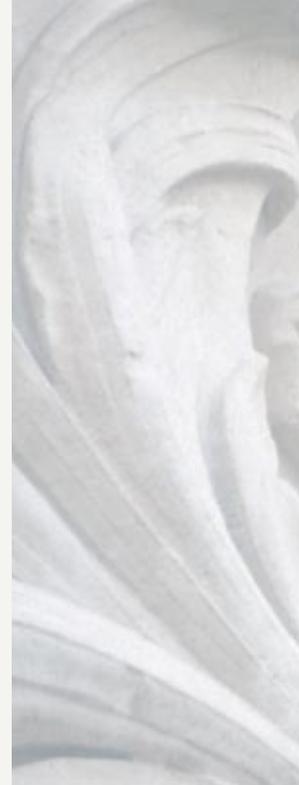
É trivial, entre auditores, a noção de que a auditoria não tem o objetivo de assegurar a inexistência de erros ou fraudes nas demonstrações contábeis. Seu papel é muito mais modesto:

apenas de alcançar um nível “razoável” de confiança, quanto à correção das demonstrações auditadas, no que concerne aos fatos “relevantes” que devam estar nelas retratados.

A auditoria não pretende, nem poderia garantir a lisura da administração da entidade auditada, nem o caráter imaculado das demonstrações contábeis. Evidentemente, esse ideal não pode ser alcançado por meio de testes aplicados por amostragem.

Estamos todos acostumados a lidar com as margens de erro nas pesquisas eleitorais, que também são realizadas por amostragem. Nunca se viu, porém, um candidato derrotado processar o instituto de pesquisas por ter errado em suas previsões, como, aliás, ocorre com alguma frequência.

Mas não faltam aqueles que pretendem atribuir aos auditores a responsabilidade por fraudes contábeis praticadas por terceiros e que não puderam ser



SÉRGIO VARELLA BRUNA  
sócio no escritório  
Lobo & de Rizzo  
Advogados



identificadas no trabalho de auditoria, como se tivessem sido eles, auditores, os autores dos atos que desfalcarem o patrimônio da companhia. Isso equivale a atribuir ao policial a responsabilidade pelo furto praticado pelo gatuno, apenas pelo fato de o primeiro não ter conseguido evitar o roubo.

Mais ainda. Embora se valha de testes e procedimentos de verificação, a auditoria se assenta em “julgamentos” e não em processos puramente matemáticos. O ato de julgar se distingue dos cálculos matemáticos, pois os julgamentos somente são necessários diante de situações de dúvida, nas quais a verdade não pode ser revelada pela aplicação de processos lógicos de dedução e cálculo.

Em situações passíveis de “verdade”, não há o que julgar. Quando houver dúvida, porém, por mais diligente que seja o julgador, não se pode eliminar

o risco de erro inerente a toda e qualquer decisão humana, todo e qualquer julgamento. Diante do mesmo fato, dois profissionais igualmente diligentes podem chegar a decisões diferentes: cada cabeça uma sentença, diz a sabedoria popular.

Quem espera dos auditores independentes a certeza de que não haja erros ou fraudes nas demonstrações auditadas desconhece o que é o trabalho do auditor e exige do profissional algo que ele não é capaz de entregar.

A obrigação do auditor independente é, pois, uma “obrigação de meio” e não uma “obrigação de resultado”. Mesmo que o auditor atue com toda a diligência, ele não pode se responsabilizar pelo “resultado” de não existirem erros ou fraudes nas demonstrações auditadas. Essa não é, aliás, em momento algum, a finalidade de seu trabalho, como visto.

Por se cuidar de obrigação de meio, o auditor estará isento de

## A AUDITORIA INDEPENDENTE É UMA ATIVIDADE MAL COMPREENDIDA, INCLUSIVE NOS MEIOS JURÍDICOS

responsabilidade sempre que puder demonstrar que agiu de modo diligente no desempenho de suas atividades. Isso não apenas no que diz respeito à aplicação dos testes e verificações utilizados, mas também quanto ao exercício prudente dos julgamentos nos quais eles se basearam. E, como destacado, por mais prudente que seja o julgamento, jamais será possível eliminar a possibilidade de ele se revelar, ao final e ao cabo, equivocado. Todavia, mesmo um julgamento “equivocado” não deixará de ser “prudente”, desde que o auditor tenha agido de modo responsável, segundo sua experiência e com a necessária dose de ceticismo profissional.

Nesse contexto, o auditor somente poderá ser responsabilizado caso se demonstre que ele agiu com culpa no exercício de sua atividade profissional. Em outras palavras, se lhe faltou diligência no exercício dos julgamentos, se deixou de aplicar os testes e verificações que, diante desses julgamentos, eram pertinentes, ou se aplicou esses testes de forma incorreta. O aplicador do Direito, seja ele juiz ou regulador, deve resistir à tentação de avaliar a diligência do auditor do alto da condição privilegiada de quem já conhece o futuro. Deve resistir ao ímpeto, frequente nos seres humanos, de agir como “engenheiros de obras prontas”. É necessário que o aplicador do Direito se coloque na situação do auditor antes de o erro ou a fraude terem-se tornado conhecidos, para verificar se o nível de diligência foi adequado em face das informações disponíveis ao auditor independente naquela ocasião.

Segundo a regra geral, o ônus de provar a culpa é da parte que alega sua existência. Cogitar do estabelecimento de uma “presunção de culpa” e a consequente inversão do ônus da prova seria não só injusto, mas algo



despido de qualquer fundamento jurídico.

Em Direito, as presunções podem decorrer de expressa disposição legal (presunções legais) ou da experiência recorrente na prática dos tribunais (máximas de experiência). Nesse contexto, a paternidade do marido é presumida em relação aos filhos nascidos depois de 180 dias da celebração do casamento e até 300 dias de sua dissolução, pela morte ou separação do casal. Essa é uma presunção legal porque está prevista no artigo 1.597 do Código Civil. Por outro lado, presume-se a culpa do condutor do veículo que abalroa o outro na traseira. Trata-se de presunção muito aplicada na vida forense, embora não esteja prevista em lei alguma. É fruto da prática reiterada dos tribunais; de os juízes terem verificado que, em geral, a culpa é, de fato, do condutor do veículo de trás. Trata-se de uma máxima de experiência.

No caso dos auditores independentes, não há lei que estabeleça presunção de culpa do auditor. Tampouco há experiência jurisprudencial que permita afirmar a existência de presunção de culpa, até porque os poucos casos de responsabilidade profissional julgados pelos tribunais, em sua maioria, afirmaram a necessidade de se provar a existência de culpa do auditor.

Vale lembrar que a jurisprudência atual isenta órgãos reguladores, como o Banco Central, de responsabilidade por passivos decorrentes de fraudes praticadas contra entidades reguladas, que lhes tenham escapado da respectiva fiscalização. Embora a responsabilidade do Estado seja objetiva (independente da existência de culpa), os tribunais afirmam que tal regra não se aplica em caso de omissão do agente público. Quando

se tratar de responsabilidade por omissão (de fiscalização, por exemplo), a responsabilidade é sempre subjetiva, requerendo a demonstração da existência de culpa.

Por que, então, tratar o auditor de forma diferente?

A responsabilidade do auditor independente é, portanto, subjetiva. Contudo, não basta demonstrar a culpa do auditor para que ele se torne responsável por qualquer indenização. Com efeito, a responsabilidade civil somente existe na presença de (i) uma ação ou omissão voluntária, (ii) praticada com culpa (em sentido amplo), (iii) de um dano (iv) e de nexos causal entre a ação ou omissão culposa e o dano.

Nas condutas ou omissões culposas – é fácil concluir – qualquer que seja a natureza do dano provocado pelo auditor, ele não se identificará com o dano sofrido pela entidade auditada, como resultado do erro ou da fraude contra ela praticados por terceiros diversos dos auditores. Como é evidente, para que possam não ter sido identificados pela auditoria, o erro ou a fraude devem existir antes da realização do trabalho do auditor, pois até o mais diligente de todos os profissionais será incapaz de adivinhar o futuro. E, se o erro ou a fraude devem ser preexistentes para que possam passar despercebidos ao auditor, a pergunta é simples: como o que veio depois (o relatório de auditoria) poderia ser causa daquilo que veio antes (o erro ou a fraude)?

Se o dano não identificado aconteceu antes do trabalho de auditoria,



## DISSEMINAR CONHECIMENTO SOBRE A ATIVIDADE É DESAFIO QUE O IBRACON VEM ENFRENTANDO

ele não pode ter sido causado pelo auditor independente, portanto. Assim, mesmo havendo culpa e nexa causal, é necessário resistir à tentação simplista de atribuir ao auditor responsabilidade por todo o passivo da entidade auditada, como se fosse ele o autor do desfalque patrimonial. O dano que guarda relação causal com a culpa do auditor não é o mesmo dano patrimonial que deixou de ser identificado no trabalho de auditoria. Esse já existia, a despeito do trabalho de auditoria independente, que veio depois. O dano há de ser outro, que guarde relação estrita com a culpa incorrida pelo profissional.

Talvez o melhor tratamento da responsabilidade civil do auditor seja a aplicação da teoria da "perda de chance", de origem francesa, que vem sendo adotada também pelos tribunais brasileiros. A atuação

negligente do auditor pode causar à entidade auditada ou a terceiros a perda da "chance" de adotar ações tendentes a minorar ou remediar o dano sofrido. O investidor, por exemplo, pode ter perdido a oportunidade de fazer outro investimento que não aquele feito na companhia em que se verificou o erro ou a fraude.

Todavia, a perda do investidor, que possa ter sido causada pelo auditor, não será o total do valor investido, porque um relatório de auditoria sem ressalvas é apenas um dentre os inúmeros fatores que levam à decisão de investimento. As opiniões de analistas, das agências de classificação de risco, da imprensa especializada, o apetite do investidor à tomada de risco, suas próprias políticas de investimento, entre muitos outros fatores, igualmente influem na tomada da decisão de investir.

Não há como atribuir todo o peso dessa decisão apenas a um relatório

de auditoria imperfeito. Aliás, empresas cujos relatórios de auditoria apresentem ressalvas também recebem investimentos. Não seria assim, fosse o parecer de auditoria a real causa de todos os investimentos no mundo.

O dano que pode ser atribuído ao auditor corresponderá apenas a uma parcela do dano sofrido pela entidade ou pelo terceiro, sopesados todos esses fatores. Vale a regra do artigo 944, § ún., do Código Civil, segundo a qual "*se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir equitativamente, a indenização*".

Nem poderia ser diferente, pois empresa de auditoria não é companhia de seguro. Não toma para si o risco da atividade explorada pela entidade auditada, nem o relatório de auditoria pode ser equiparado a uma apólice de seguro. Exigir que o auditor responda por erros ou fraudes preexistentes, que ele não cometeu, é algo que ignora por completo a finalidade e as limitações da auditoria independente.

Postas as coisas nos seus devidos lugares, como se vê, o tema da responsabilidade civil do auditor independente não oferece grandes mistérios. Nem por isso, porém, o desafio da profissão deixa de ser grande. Somente disseminando o conhecimento sobre a atividade de auditoria, decifrando-a para que leigos possam entender o que faz o auditor, é que se criarão condições para que se dê um tratamento correto ao tema da responsabilidade profissional do auditor independente. É esse desafio que o Ibracon terá de continuar enfrentando no prosseguimento do seu projeto. O caminho será longo, mas as perspectivas são promissoras. ✓



# pingos e respingos

## Encontro no TJSP

Acompanhado de Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, promotor de Justiça de Falências do Ministério Público de São Paulo, o presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, visitou o desembargador Armando Toledo, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Pocetti apresentou o Ibracon e a profissão do auditor independente, manifestando interesse na realização de eventos em conjunto com o Judiciário e o Ministério Público, para compartilhar conhecimento e discutir assuntos de interesse comum. O desembargador sugeriu a criação de um grupo formado por representantes do TJSP, do Ministério Público e do Ibracon.



Marco Aurelio Fuchida, Eduardo Pocetti, desembargador Armando Toledo, promotor Eronides Santos e Otto Steiner

## Troca de conhecimento

O Ibracon participou de reunião com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para estabelecer parceria visando ao desenvolvimento de estudos e troca de conhecimentos para a efetiva implementação da lei anticorrupção e da lei de prevenção à lavagem de dinheiro. Representantes do Ibracon apresentaram os projetos desenvolvidos pelo Instituto e as entidades assumiram o compromisso de promover ações educacionais em conjunto, que contribuirão para o fortalecimento da profissão do auditor independente e dos promotores públicos.

## Ações conjuntas



Participantes da reunião entre o ESMSPSP e o Ibracon

O presidente Eduardo Pocetti esteve na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMPSP), em reunião com os promotores Marcelo Pedroso Goulart, diretor da ESMPSP, Mário Sarrubbo, do Conselho Superior da ESMPSP, e Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, promotor de Justiça de Falências do Ministério Público de São Paulo.

O encontro tratou das leis nº 9.613/98, de prevenção à lavagem de dinheiro, e nº 12.846/13, a lei anticorrupção.

## Prevenção à lavagem de dinheiro

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou três seminários, em outubro e novembro, para discutir os procedimentos para o cumprimento da Lei nº 9.613, que dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, e da Resolução CFC nº 1.445/13. Os eventos contaram com o apoio do Ibracon e da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). O presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues, explicou que o objetivo da lei é preservar as pessoas de bem, profissionais e bancos corretos, que não querem ser usados por lavadores de dinheiro.

## Quintas do Saber

O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Eduardo Pocetti, participou da 10ª edição do Quintas do Saber, que teve como tema *A internacionalização contábil*.

O ministro da Fazenda Guido Mantega foi homenageado no evento, que contou ainda com as presenças do ex-ministro da Previdência Social (2005-2007), Nelson Machado, e de diversas lideranças contábeis.

O projeto é realizado pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).

## Congresso Nacional da Ancep

Marcelo Saweryn, presidente da 6ª Seção Regional do Ibracon, representou o Instituto no 10º Congresso da Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep), realizado em Florianópolis (SC).

O tema central do encontro, que reuniu 600 participantes, foi "A contabilidade como foco de credibilidade para o crescimento da previdência complementar".

## Fórum da Mulher Contabilista

Edmar Sombra Bezerra, presidente da 9ª Seção Regional do Ibracon, participou do 13º Fórum da Mulher Contabilista do Estado da Bahia, realizado em Salvador pelo Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA), em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O fórum, que teve como tema "Profissional de contabilidade, o que o mercado espera de você?", tratou do Sped Social e de normas e procedimentos contábeis. O encontro também apresentou o *talk show* "Mulher e o Mercado de Trabalho".

## Milésima plenária do CFC



Eduardo Pocetti, presidente da diretoria Nacional do Ibracon, participou da milésima plenária do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília. O presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho,

reafirmou o compromisso da classe contábil com a sociedade brasileira. E Pocetti destacou a honra em participar da sessão e a importância do CFC no processo de desenvolvimento da profissão contábil.

## 31ª Isar

Idésio Coelho, diretor Técnico Nacional do Ibracon, participou da 31ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (Isar), na Suíça. Desde 1987, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ibracon representam o Brasil junto à Divisão de Empresas Transnacionais e Investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU).

## Convenção no Piauí

O Ibracon, representado por Paulo Cezar Santana, diretor de Regionais da Diretoria Nacional, participou da 2ª Convenção de Contabilidade do Piauí, organizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Piauí. O encontro teve como tema *Contabilidade e Tecnologia: Sustentáculos das Organizações*.

# Seminário CPC aprofunda debates relevantes



EDUARDO POCETTI E IDÉSIO DA SILVA COELHO JÚNIOR

IBRACON  
MARCOU  
PRESENÇA  
NO ENCONTRO

A Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC) realizou, em novembro, o XI Seminário Internacional CPC – Normas Contábeis Internacionais. O diretor técnico do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e coordenador de Relações Internacionais do CPC, Idésio da Silva Coelho Júnior, e Marcos Quintanilha, coordenador do GT Energia do Instituto, representaram o Ibracon na mesa de debates. O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, prestigiou o encontro.

O encontro discutiu temas como *Notas Explicativas (OCPC 07)*; *Ativos e Passivos Decorrentes de Atividades Reguladas*; *Reconhecimento de Receitas (IFRS 15)*; *Impairment dos Ativos Financeiros*; e *Planos de Trabalho*.

Idésio participou do painel que tratou do reconhecimento de receitas, ao lado de Carl Douglas, membro do lasb/Fasb Joint Transition Resource Group, e da moderadora Verônica Souto Maior, vice-presidente Técnica do CFC e coordenadora de Operações do CPC. Eles analisaram questões envolvendo o IFRS 15, que trata do reconhecimento de receitas e as consequências da nova norma sobre os lucros e sobre o balanço das empresas de diferentes setores.

Quintanilha marcou presença no painel *Ativos e Passivos decorrente de Atividades Reguladas*. Durante o debate, foi destacado que as atividades reguladas têm bastante relevância para o mercado de capitais e acabam por afetar a economia como um todo por se tratarem de serviços de utilidade pública. O painel contou, ainda, com a participação de Jane Pike, sênior Technical Manager do lasb; Leonardo Magalhães, membro do Rate-regulated Activities Consultative Group do lasb, e Ernesto Rubens Gelbcke, vice-coordenador Técnico do CPC. ✓

**Reserve em sua agenda!**



**5<sup>a</sup> | CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
CONTABILIDADE E  
AUDITORIA INDEPENDENTE**

**3 e 4 de agosto de 2015**

**Amcham Business Center - São Paulo/SP**

Realização:

**IBRACON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

# IFRS Foundation e IASB elogiam Prêmio Transparência Ibracon

ENTIDADES ABRIRAM SUAS PORTAS AOS PREMIADOS, CONVIDADOS A PARTICIPAR DE EVENTOS EXCLUSIVOS DA AGENDA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE

Desde a primeira edição, em 2011, os Prêmios Transparência de Jornalismo e Universitário conquistam mais e mais reconhecimento, nacional e internacionalmente. Uma prova foi a atenção especial concedida pela IFRS Foundation e pelo International Accounting Standards Board (IASB) aos premiados deste ano, que ganharam uma viagem de cinco dias a Londres.

Além do passeio, eles participaram, pela primeira vez, de importantes eventos que integram a agenda internacional de contabilidade e auditoria, como o World Standard-Setters Meeting e o International Forum of Accounting Standard Setters (IFASS). Também almoçaram com o *vice-chairman* do IASB, Ian Mackintosh, e foram levados a Oxford, a cidade que abriga a universidade considerada uma das 10 melhores do mundo. Lá, participaram do IASB Research Forum, realizado na Saïd Business School, escola de negócios do complexo educacional.

“Agradecemos profundamente ao Amaro Gomes, do *board* do IASB, assim como aos demais membros da instituição, em particular a Clare McGuinness, gerente de Projetos, Tradução e Adoção da IFRS Foundation. Eles acreditaram na relevância do Prêmio Transparência Ibracon e se empenharam em proporcionar aos premiados e aos

representantes do Instituto uma acolhida muito calorosa e enriquecedora”, destaca Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon Nacional. A comitiva brasileira foi acompanhada de Ahmed Khatib, coordenador da área Técnica do Instituto. “Tivemos a oportunidade única de entender como os demais países estão posicionados em relação à adoção das IFRS. As discussões foram de altíssimo nível e pudemos trocar experiências com reguladores de diversos países”, destaca Ahmed.

“O Prêmio Transparência Ibracon é uma excelente iniciativa para difundir a contabilidade e a auditoria independente. Estamos muito satisfeitos em apoiar o Instituto. Trata-se de um projeto inovador, que ainda não vimos em nenhum outro país associado à fundação”, conta Clare McGuinness.

Para ela, esse tipo de intercâmbio internacional entre alunos e professores de Ciências Contábeis e, principalmente, a aproximação com jornalistas de veículos especializados na cobertura da nossa área de atuação “é algo que deve ser buscado em todas as esferas da vida, mas, sobretudo, no contexto de normas internacionais de auditoria. A troca de pensamentos e opiniões é essencial”, afirma.



FERNANDO PEREIRA,  
MARISTELA GIOTTO,  
FERNANDO TORRES,  
CLARE MCGUINNESS,  
AHMED KHATIB E  
ADALENE SILVESTRE,  
NA SEDE DA IFRS,  
EM LONDRES



## Premiados são valorizados no mercado

“Profissionalmente, o Prêmio Transparência Ibracon representa grandes oportunidades, proporcionando contato com importantes profissionais e contribuindo imensamente para o meu crescimento”, afirma Adalene Silvestre, da Universidade de Caxias do Sul (RS), ganhadora do Transparência Ibracon Universitário, pelo trabalho *Auditoria Independente: Um estudo sobre o conteúdo dos Relatórios das Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol Brasileiros*. Ela viajou acompanhada do professor e orientador Fernando Andrade Pereira.

“O Prêmio Transparência Universitário é uma iniciativa fantástica do Ibracon, que incentiva os alunos dos cursos de Ciências Contábeis de todo o Brasil a desenvolverem pesquisas e trabalhos, contribuindo imensamente para o enriquecimento da produção acadêmica e, conseqüentemente, da profissão e do profissional”, afirma Adalene. Para ela, “o reconhecimento recebido dos órgãos contábeis, dos profissionais da contabilidade, da comunidade acadêmica e da sociedade em geral pela conquista do prêmio traz uma satisfação pessoal inenarrável; é a valorização de um trabalho desenvolvido com muita dedicação e empenho”, conclui.



A seguir, leia a reportagem realizada com exclusividade para a revista Transparência Ibracon pelos jornalistas vencedores do Prêmio Transparência de Jornalismo: Maristela Girotto, da *Revista Brasileira de Contabilidade*, e Fernando Torres, do jornal *Valor Econômico*.

# World Standard-Setters Meeting, a conferência geral do lasb

POR FERNANDO TORRES, DO JORNAL *VALOR ECONÔMICO*

Participar do World Standard-Setters Meeting foi uma oportunidade única. Em um luxuoso e tradicional hotel, localizado perto da Tower of London, próximo ao rio Tâmsa, representantes de normatizadores contábeis de dezenas de países – incluindo diversos da Ásia e da África – se reuniram para debater o presente e o futuro do padrão contábil IFRS.

Esse tipo de encontro, que ocorre uma vez por ano, é uma espécie de “assembleia geral da ONU” do mundo da contabilidade. Diretores e técnicos do lasb atualizam seus colegas sobre os projetos em desenvolvimento na instituição e contam com a colaboração dos participantes, que têm a oportunidade de interferir no andamento das discussões.

Gostei especialmente do modelo de organização, em que, após a apresentação de um tema geral para a plenária com todos os participantes, pequenos grupos se reuniam em salas menores para continuar a discussão, com mais liberdade para o representante de cada país expor suas visões, que seriam consolidadas e levadas no fim do dia de volta para o público completo.

No primeiro dia do evento, os temas de destaque foram os itens “mensuração”, dentro da discussão para a reforma da estrutura conceitual, e “materialidade”, no



**AMARO GOMES**

âmbito do projeto que trata de divulgação em notas explicativas.

A palestra de abertura seria feita por Hans Hoogervorst, que não pôde participar já que estava no Brasil, para a reunião da losco, na mesma semana. O vice do lasb, Ian Mackintosh, o substitui nas boas-vindas.

Além dele, outros membros da diretoria do lasb, entre os quais o brasileiro Amaro Gomes, marcaram presença no evento, liderando algumas das discussões realizadas. Amaro também reservou parte do seu tempo para receber e tirar

dúvidas da “comitativa” brasileira. No segundo dia, com a programação mais curta, em vez de vários pequenos grupos debaterem o mesmo assunto, houve separação temática. Entre os assuntos abordados estavam contratos de seguros, IFRS para pequenas e médias e *macro hedge*.

Um dos painéis mais concorridos tratou do projeto do lasb para mudar a norma contábil para atividades reguladas com tarifas, o que abarca o setor de distribuição elétrica no Brasil. Pelo interesse dos participantes e pelas perguntas realizadas, foi possível notar que o desejo de se colocar ativos e passivos regulatórios de volta dentro do balanço não é um interesse apenas nacional, mas convergente com o de outros países.

Ainda no segundo dia, o diretor técnico do lasb Alan Teixeira fez uma apresentação para informar os participantes sobre como funciona o processo do órgão internacional para desenvolvimento de uma nova norma – ou para alteração de uma existente – e tentou esclarecer tanto qual é o melhor momento para receber contribuições de entidades de outros países como também o interesse do lasb de aprofundar bastante a fase de discussões prévias (antes de levar uma nova minuta para audiência pública), de forma a evitar desperdício de trabalho.

# Encontro de normatizadores apresenta mudanças na regulamentação

POR MARISTELA GIROTTO, DA REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

Após participarmos, como ouvintes, do World Standard-Setters Meeting, assistimos, também no The Grange City Hotel, à reunião do International Forum of Accounting Standard Setters (Ifass). O grupo, que congrega entidades nacionais normatizadoras da área contábil e organizações diretamente envolvidas na regulamentação das demonstrações contábeis de dezenas de países, se reúne duas vezes por ano. Em abril de 2013, o Ifass realizou o encontro, pela primeira vez na América Latina, em São Paulo.

Na reunião em Londres, houve apresentações dos projetos *Goodwill Impairment and Amortisation Project – update re: publication of Discussion Paper (Efrag, Japan, India, Italy); Equity Accounting – Feedback on Efrag Discussion Paper (Efrag); Cash flow statement issues (UK); Separate Financial Statements Discussion Paper (Efrag, Italy, Spain, Netherlands); e Effect of IFRS adoption on accounting quality and economic consequences – Implications from a literature review (Korea)*. Ainda no período da manhã, o lasb apresentou as mudanças ocorridas nos processos do Comitê de Interpretações.

No almoço, conversamos com o *vice-chairman* do lasb, Ian Mackintosh, que comentou alguns aspectos da adoção das IFRS, inclusive sobre a contabilidade dos países islâmicos.



IAN MACKINTOSH, AHMED KHATIB E MARISTELA GIROTTO

No período da tarde, conhecemos a sede do lasb, onde fomos recebidos por Eduardo Balduino, brasileiro que ocupa a posição de *assistant technical manager* no lasb e desenvolve pesquisas na área de educação em IFRS. Ele nos falou sobre as principais iniciativas do lasb na área de educação. Em seguida, houve uma apresentação de Mark Byatt, diretor de Comunicação e Relações Externas; Michael Stewart, diretor de Atividades de Implementação; e Peter Clark, diretor Técnico.

Participamos também do lasb Research Forum, realizado na Saïd Business School, com a presença de cerca de

cem pessoas, entre pesquisadores de universidades de vários países e representantes de entidades normatizadoras e de órgãos reguladores de aproximadamente 30 países.

O fórum apresentou evidências baseadas em pesquisas e discussões críticas da literatura existente, proporcionando aos participantes a oportunidade de discutir e debater essa literatura com os profissionais da área.

Foi muito importante participar dos eventos técnicos proporcionados pelo Ibracon em Londres, pois tive uma oportunidade única de presenciar as discussões que envolvem, questionam e dão suporte às decisões do lasb. Também fiquei satisfeita de conhecer a sede do lasb e ouvir os profissionais responsáveis, tecnicamente, pelas normas IFRS. Tudo isso me proporcionou o conhecimento do nível técnico, acadêmico e geopolítico que cerca as IFRS.

Profissionalmente, a viagem a Londres foi muito importante. À parte a área profissional, passear pela cidade e conhecer lugares belíssimos, foi muito divertido e gratificante.



# Brasil marca presença na Ifac

## PROFISSIONAIS DO IBRACON ATUAM EM POSIÇÕES ESTRATÉGICAS DE DIFERENTES INSTÂNCIAS DA ENTIDADE

Fundada em 1977, a Ifac é composta por 179 membros e associados em 130 países e jurisdições, representando cerca de 2,5 milhões de contadores. A entidade também trabalha com organizações regionais reconhecidas e órgãos independentes que apoiam o desenvolvimento da profissão contábil no mundo, facilitando a convergência às normas internacionais.

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil é um dos fundadores e marca presença em diferentes instâncias da Ifac, por meio de seus representantes: Ana María Elorrieta, que presidiu a Diretoria Nacional do Instituto de 2009 a 2011 e integra o *board* da Ifac; Valdir Coscodai, membro do International Auditing and Assurance Standards Board (laasb); e Monica Foerster, integrante do Small and Medium Practices Committee (SMPC).

“A missão da Ifac é servir ao interesse público, promovendo a emissão de normas profissionais de altíssima qualidade e o desenvolvimento das entidades profissionais, visando a contribuir com o progresso dos países-membros da entidade”, explica Ana María Elorrieta. Ela atua na Ifac desde 1998, tendo integrado o Comitê de Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração até 2003.

“Foram longas horas dedicadas a discutir melhores



ANA MARÍA ELORRIETA

normas, que, depois, ganharam prestígio internacional. Um grande orgulho para mim é ter liderado a força-tarefa que elaborou a primeira norma internacional de controle de qualidade para auditores e firmas que prestam serviços de auditoria e asseguração. Essa norma é utilizada até hoje pelos auditores e pelas firmas”, acrescenta Elorrieta. Em 2010, Elorrieta foi indicada para o Nominating Committee Members, responsável por recomendar os profissionais para os *boards* e comitês da Ifac. “Para isto, há que entender o perfil necessário para atuar em cada uma das instâncias de modo a indicarmos representantes



que, de fato, contribuam para que o trabalho da Ifac tenha um alcance realmente internacional. Nosso desafio é buscar representantes de todas as regiões do globo que atendam ao critério *best person for the position*", comenta. Ela voltou a esse comitê em 2013, devendo nele permanecer até 2016.

Desde 2011, a ex-presidente do Ibracon também integra o *board* da Ifac. "Represento o Brasil e a América Latina, com ativa participação em debates-chave, como a recente discussão sobre o modelo de *funding* ideal para a Ifac", destaca.

## Suporte às pequenas e médias

Representante do Ibracon junto ao Small and Medium Practices Committee (SMPC) da Ifac desde janeiro deste ano, Monica Foerster participou de diferentes projetos em andamento na entidade. "O SMPC representa os interesses dos profissionais contábeis que atuam no segmento das firmas de pequeno e médio portes", explica Monica, que também é diretora da 6ª Regional do Instituto e integra o Grupo de Trabalho das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon.

"Nossa atuação se dá na forma de comentários sobre

os principais assuntos técnicos e profissionais de contabilidade e auditoria, em discussões, memorandos e cartas técnicas", esclarece a diretora. Segundo ela, essa participação inclui análise de aspectos relevantes da profissão, como ética, independência, ceticismo, julgamento profissional e controle de qualidade em auditoria. "Tudo isso com foco principal no apoio e suporte técnico-estratégico às firmas de pequeno e médio portes", enfatiza.



**MONICA FOERSTER**

Segundo ela, a participação do Ibracon no SMPC é fundamental, porque facilita o trânsito de informações e atualizações técnicas das normas internacionais de contabilidade e de auditoria adotadas no Brasil. "Também possibilita que as opiniões e análises técnicas brasileiras sejam consideradas e avaliadas em todas as fases do desenvolvimento de normas, guias e ferramentas", destaca a diretora.

# Qualidade a serviço do interesse público

O IASB é um organismo de normatização independente, que serve ao interesse público, estabelecendo padrões internacionais de alta qualidade para a auditoria e a asseguração. Assim Valdir Coscodai define o órgão no qual milita atualmente dentro da Ifac.

Ele explica que o *board* define planos estratégicos plurianuais, a partir de audiências públicas e debates com auditores, normatizadores, reguladores e outros interessados. “Esses planos norteiam a atuação do IASB, que é voltada para facilitar a convergência internacional e nacional de normas de auditoria e asseguração, promover a qualidade dos trabalhos dos auditores e, assim, fortalecer a confiança do público na auditoria, e apoiar a implementação e consistência da prática em todo o mundo”, sintetiza Coscodai, ex-diretor da 2ª Seção Regional do Ibracon e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas do Instituto.

No desempenho de suas funções, ele realiza estudos e pesquisas, além de debates e apresentações no Brasil e no Exterior. “Por meio do Ibracon, do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), apresento os trabalhos que estão em andamento, para debater e ouvir pontos de vista e, assim, enriquecer a atuação do IASB e fazer com que as deliberações do *board* tenham *inputs* de todas as regiões do mundo”, diz.

Coscodai iniciou sua participação no IASB em 2009. Ao longo dessa trajetória, atuou na elaboração e aprovação de diversas normas.

“Particpei do aprimoramento das atuais normas de auditoria, que passaram há alguns anos pelo processo de *clarity*. O IASB está interessado não apenas no



VALDIR COSCODAI

desenvolvimento de normas, mas também em avaliar como estão sendo implementadas na prática, para promover as necessárias alterações de modo a melhorar a consistência e a qualidade do trabalho dos auditores”, relata.

Entre as deliberações mais relevantes ele destaca as do novo relatório do auditor. “Foram anos de discussões, audiências e debates”, conta. Finalmente, no último dia 19 de setembro, o IASB aprovou, por unanimidade, as ISAs da série 700 – as novas e revisadas normas do novo modelo de relatório de auditoria. “Elas entrarão em vigor para os períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016, mas apenas serão consideradas oficiais após o Public Interest Oversight Board (Piob) concluir que o devido processo legal foi observado e que as normas finais são de interesse público. Espera-se que o Piob se manifeste até o final do ano, quando o texto final das normas, bem como as bases das conclusões, serão divulgadas”, explica Coscodai.

Para ele, o *chairman* do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), James Doty, acertou ao definir o novo relatório de auditoria como um “divisor de águas” para a profissão. “Durante muitos anos, pesquisas mostraram que os investidores e outros *stakeholders* valorizam a opinião dos auditores, mas querem obter uma percepção maior sobre a auditoria e ter relatórios mais específicos. Também sabendo que os auditores mantêm um diálogo aprofundado com os comitês de auditoria sobre as questões-chave, os usuários passaram a questionar o fato de essas conversas serem, em essência, particulares, restando a eles o que passaram a denominar de ‘prato feito’. Essas demandas, exasperadas pelas crises financeiras dos últimos anos em um ambiente cada dia mais antipático à relativa ‘desordem’ nas demonstrações contábeis, não deixaram alternativas aos auditores senão buscar superar as limitações para se comunicar de uma forma que realmente agregue valor para os usuários”, analisa Coscodai. É neste sentido que ele aposta que as novas e revisadas normas vão ajudar a valorizar a profissão.

Coscodai também atua diretamente no desenvolvimento de um projeto relativo à ISA 720, que trata da responsabilidade dos auditores em relação às informações que acompanham as demonstrações contábeis. “Dada a alta importância que o mercado confere aos relatórios da administração e outras informações, o IASB considera esse projeto muito importante e sensível”, avalia. Ele participa, ainda, do Info Group, que coleta informações e informa futuros trabalhos do IASB, em particular em relação aos relatórios integrados, os efeitos da tecnologia sobre a auditoria (*data analytics*) e o ceticismo profissional, entre outros. ✓

# Os avanços do Ibracon agora em vídeo!

No cumprimento de sua missão de manter a confiança da sociedade na atividade de auditoria independente e a relevância da atuação profissional, o Ibracon conta com um vídeo institucional, ampliando sua comunicação com a sociedade.



Este vídeo é mais um porta-voz dos avanços da profissão, de sua contribuição para o desenvolvimento do País e da história de mais de 40 anos do Ibracon neste processo.

Assista ao vídeo pelo seu celular



Assista ao vídeo institucional:  
[www.ibracon.com.br/institucional](http://www.ibracon.com.br/institucional)

**IBRA**CON  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

# Receita atende pleito do Ibracon e da Abrasca

Um tema bastante relevante, que vinha preocupando as empresas, era a falta de tempo hábil para adotar algumas alterações promovidas pela Lei nº 12.973/14, resultado da conversão da Medida Provisória (MP) 627/13, que introduziu diversas mudanças na legislação tributária. A lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e disciplinou os efeitos fiscais da adoção do padrão contábil internacional (IFRS).

O Ibracon e a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que vinham se mobilizando para promover alguns avanços, participaram de uma reunião na sede do Ministério da Fazenda, em outubro, com o objetivo de apresentar algumas solicitações de interesse comum das entidades.

“Obtivemos êxito nessa iniciativa”, comemora Eduardo Pocetti, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon. Em atendimento ao pleito apresentado que, dentre outros assuntos, solicitava a prorrogação do prazo para a opção à Lei 12.973/14, a Receita Federal do Brasil emitiu a Instrução Normativa 1.499.

Através dessa IN, permite-se que a opção seja exercida na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) de dezembro de 2014, a ser entregue até fevereiro de 2015. Assim, a opção poderá ser exercida após a Receita Federal publicar a regulamentação pendente e



**EDUARDO POCETTI**

os contribuintes terão um prazo razoável para tomar uma decisão melhor fundamentada sobre exercer, ou não, a opção.

“Tal prorrogação de prazo tem por objeto unicamente a indicação expressa na DCTF acerca do exercício, ou não, pela pessoa jurídica, da opção, não impactando os prazos de entrega das DCTFs relativamente ao restante do seu conteúdo”, esclarece Ahmed El Khatib, da área Técnica do Ibracon, que participou do encontro na Receita Federal, no qual os representantes das duas entidades foram recebidos pelo secretário de Fiscalização, Iágaro Jung Martins, o coordenador Geral de Tributação, Fernando Mombelli, e a coordenadora de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações, Claudia Pimentel.



## Encontro de contabilidade

Dada a importância para as companhias, a Lei nº 12.973 foi um dos temas tratados no 4º Encontro de Contabilidade e Auditoria para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte, realizado em parceria do Ibracon com a Abrasca, em setembro.

Para Eduardo Pocetti, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, a mesa redonda *Lei 12.973: Adaptação À Nova Lei Tributária, Compreensão da Nova Norma do Iasb sobre Reconhecimento de Receitas-IFRS 15*, realizada no Encontro Abrasca-Ibracon, foi muito interessante e oportuna.

Antonio Castro, presidente da Abrasca, ressaltou a importância da parceria com o Ibracon e a relevância do evento, pela análise cada vez mais criteriosa dos temas. Da mesma forma, o presidente do Ibracon enfatizou a proveitosa parceria das duas entidades. “A profissão está em plena evolução e passa, também, por um importante processo de valorização, de representatividade e de fortalecimento. Essa mudança só é possível porque os profissionais buscam qualificação contínua. A realização desse 4º Encontro



**ANTONIO CASTRO**

da Abrasca e do Ibracon é uma prova disso”, afirmou Pocetti.

Durante os dois dias de evento, foram debatidos temas como *Visão do Usuário sobre o Modelo Atual de Divulgação das Demonstrações Financeiras, Elaboração de Notas Explicativas: Como aprimorá-las; eSocial: como implementá-lo?*; e *Entendimento Conceitual sobre Prudência e Conservadorismo para o bem da Comunicação Contábil das Empresas*.

Também participaram do evento Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª

Seção Regional do Ibracon; Wanderley Olivetti, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon; Ana María Elorrieta, ex-presidente da diretoria Nacional do Ibracon; Edison Arisa, coordenador Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); Carlos Pires, diretor Técnico da 5ª Seção Regional do Ibracon; Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon; além de representantes de órgãos reguladores, universidades, entidades e empresas, envolvidos com contabilidade, auditoria independente, mercado financeiro e de capitais. ✓

# Ibracon comemora inclusão de preparadores no PEPC



O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil enviou relevantes contribuições à Coordenadoria Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ao longo de todo o processo de debate que culminou na audiência pública acerca da minuta da NBC PG – Educação Profissional Continuada (EPC), que trata da revisão e ampliação da atual NBC PA 12 (R1).

A norma propõe a ampliação do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) para outros segmentos da profissão, tornando obrigatório o cumprimento por todos os profissionais que exercem atividades de auditoria independente, bem como aos responsáveis pelas demonstrações contábeis das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela CVM, Banco Central e Susep, ou consideradas de grande porte, nos termos da Lei Federal nº 11.638/07.

“Há muito defendemos essa ampliação. Em novembro de 2013, já havíamos enviado ao CFC documento sugerindo que o PEPC fosse estendido também a todos os contadores, incluindo os responsáveis pela preparação das demonstrações contábeis”, explica Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon. Ele lembra que a Educação Continuada, que já é obrigatória para os auditores independentes, contribuirá muito para a adaptação dos preparadores à evolução do mercado brasileiro.

A norma publicada pelo CFC estende, inicialmente, a Educação Continuada para contadores preparadores de demonstrações contábeis que atuam em empresas reguladas ou consideradas de grande porte, a partir de 1º de janeiro de 2016. O Ibracon acredita, firmemente, que a Educação Continuada aplicada aos contadores ajudará a valorizar a classe contábil, melhorando a qualidade da informação financeira prestada e, por consequência, elevando sua credibilidade.

“Um programa organizado e implantado por etapas auxiliará os contadores preparadores a cumprir, de forma mais segura, sua importante missão para com a sociedade brasileira”, acrescenta o diretor do Ibracon.

“A Educação Continuada para os preparadores das demonstrações contábeis é a forma mais eficaz de fiscalização preventiva, por se tratar de uma ferramenta de capacitação e aprimoramento técnico e ético, sobretudo com as mudanças recentes no cenário contábil brasileiro. A ampliação do PEPC aos preparadores é um avanço da classe contábil brasileira. A atualização profissional deixou de ser uma opção para ser, também, uma condição e uma necessidade dentro do exercício da profissão. Isso se manifesta tanto como iniciativa de aperfeiçoamento do currículo, em um ambiente cada vez mais concorrido, como por exigência natural do mercado, que demanda aperfeiçoamento constante e renovação de conceitos”, continua Sousa.



**CARLOS SOUSA**

“Para os profissionais ligados à contabilidade, a Educação Continuada será um diferencial. Ela vai potencializar e valorizar a atuação profissional, uma vez que contribuirá para a melhor execução e aplicação dos conhecimentos específicos. O Ibracon acredita que a ampliação do PEPC aos preparadores possibilita que os profissionais da área contábil consigam estabilidade e correspondam às necessidades do mercado cada vez mais exigente a fim evitem ser marginalizados ou excluídos. Dar continuidade aos estudos significa êxito na carreira e maior valorização profissional”, destaca o diretor.

## Ampliação gradativa

De acordo com dados de um levantamento realizado em 2013 pelo CFC, há mais de 300 mil contadores ativos no Brasil, sendo que a grande maioria não teve a obrigatoriedade de prestar o Exame de Suficiência para iniciar suas atividades profissionais.

No documento enviado ao CFC, há mais de um ano, o Ibracon já enfatizava que a ampliação do PEPC aos contadores deveria ser feita em etapas. “Sugerimos, na ocasião, que fossem incluídos na obrigatoriedade da Educação Continuada primeiro os contadores preparadores ligados às empresas listadas para, depois, serem agregados os ligados às demais empresas reguladas,

Divulgação



ZULMIR BREDA

incluindo as instituições financeiras e fundos mútuos e em seguida para os profissionais ligados às demais entidades”, lembra Sousa.

Zulmir Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, explica que a obrigatoriedade do PEPC para os preparadores vai demandar a ampliação, também, da rede de cursos oferecidos aos profissionais. “O CFC não pode exigir o cumprimento da Educação Continuada sem garantir a oferta de cursos credenciados em todos os Estados”, afirma Breda.

A atual rede, que atende apenas aos auditores independentes, conta com cerca de 500 entidades credenciadas como capacitadoras em todo o Brasil. Esse universo deverá ser mais do que duplicado para fazer frente à ampliação do público-alvo do Programa de Educação Continuada.

Carlos Sousa lembra que um profissional que se gradua em curso superior aos 25 anos e se aposenta aos 65 anos, soma 40 anos de trabalho, nos quais coloca em prática todo o conhecimento acumulado na primeira fase de sua vida, em especial aquele adquirido durante o curso universitário.



“Ao longo desses 40 anos, o conhecimento transmitido durante a primeira fase da vida evolui muito. Vivemos um período de mudanças intensas, em que tudo é questionado e novas ideias e tecnologias surgem em ritmo alucinante. Como pode alguém esperar passar 40 anos de sua vida profissional utilizando o conhecimento que foi adquirido enquanto jovem estudante, sem buscar atualizá-lo? Por isso o Ibracon defende, firmemente, a Educação Continuada”, finaliza o diretor do Ibracon.

## Competências comportamentais

Outra sugestão feita pelo Ibracon, em 2013, foi a de incluir, na Educação Continuada, temas relacionados às competências comportamentais, essenciais para a gestão de pessoas (por exemplo, cursos sobre liderança, desenvolvimento de ceticismo profissional, etc). ✓

# Fora da zona de conforto

Enriquecer os conhecimentos, vivenciar experiências, se expor a novas situações e testar os próprios limites. Esse é o perfil de Amaro Luiz de Oliveira Gomes, que desde 2009 integra o International Accounting Standards Board (Iasb).

Mestre em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Lancaster (Inglaterra, 1997/98) e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB, 1981/1985), Amaro Gomes reconhece ter aptidão para antecipar tendências.

“Em 1994, com o sucesso do Plano Real, vislumbrei que a integração do Brasil ao mercado internacional seria questão de tempo. Com isso, a qualidade da informação contábil se tornaria um aspecto fundamental”, exemplifica.

Na época, mesmo sem muita desenvoltura para falar inglês, Amaro não tinha dificuldades para ler. Assim, começou a incluir nos pareceres considerações sobre as melhores práticas internacionais, mais precisamente as vigentes nos Estados Unidos (US Gaap) e as promulgadas pelo International Accounting Standards Committee (Iasc), antecessor do Iasb. Na época, Sérgio Darcy da Silva Alves, chefe de departamento e, posteriormente, diretor de Normas do Banco Central (BC), percebeu essa tendência e o apoiou. Ambos consideravam ser irreversível a integração internacional, principalmente com a adoção, pelo BC, das recomendações do acordo de Basileia para requerimento de capital.

Aos 35 anos, em 1997, Amaro Gomes decidiu cursar mestrado na Inglaterra, e ao retornar um ano depois, a convite do próprio Sérgio Darcy, continuou na área de

regulação do BC. Em 2004, assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento de propostas normativas, abrangendo todos os aspectos operacionais no sistema financeiro brasileiro, e também se empenhou no processo de internacionalização da área, representando o banco no Accounting Task Force e no Policy Development Group, ambos no Comitê de Basileia. Coordenou, ainda, o Subgrupo 4 do Mercosul, dedicado à integração dos serviços financeiros na região. Nesse período, expandiu sua atuação para temas além da contabilidade e auditoria, desenvolvendo habilidades de relações internacionais. E incluiu no currículo uma nova língua, o espanhol.

## Apoio é fundamental

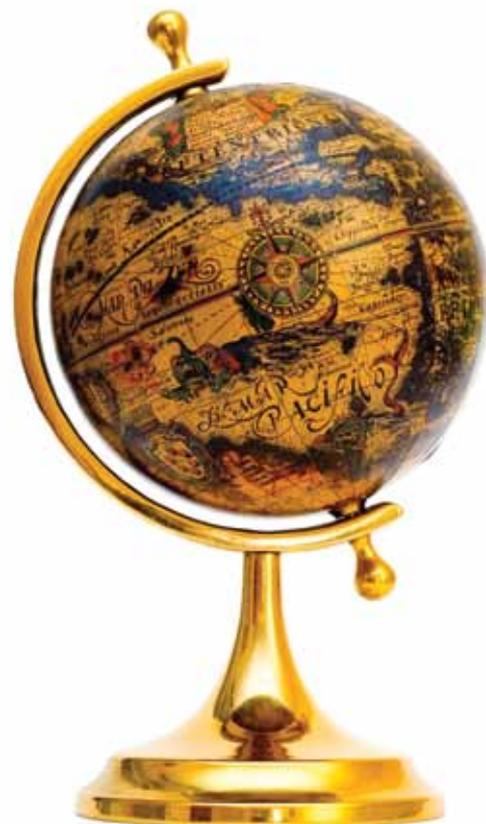
“Tão importante quanto ser um visionário dotado de determinação, paciência e disciplina é ter ao lado alguém que dê crédito às suas ideias e o apoio necessário na concretização dos planos”, diz Amaro. Nessa identificação, não faltam nomes à sua lista: Flávio Leme, sócio da PwC, em Brasília; os diretores Sérgio Darcy e Alexandre Tombini, com quem trabalhou mais diretamente no BC, e no processo de adaptação no Iasb, o *chairman* David Tweedie, entre tantos. Já o professor Jorge Katsumi, com quem atuou no BC, contribuiu para que ele publicasse o livro *Contabilidade para Instituições Financeiras*, em 2000. A obra, que está na terceira edição, foi elaborada a partir do material utilizado como treinamento na preparação de funcionários da Caixa Econômica Federal. Na opinião de Amaro Gomes, isso foi possível graças à essencialidade do trabalho em equipe, que multiplica a capacidade de realização e eficiência no compartilhamento de ideias. Lição que aprendeu ainda na juventude, jogando basquete.



## EX-JOGADOR DE BASQUETE, AMARO GOMES É CRAQUE EM VISLUMBRAR CENÁRIOS E APROVEITAR OPORTUNIDADES

Tal aprendizado vem se repetindo ao longo de sua trajetória profissional, desde o início da carreira como auxiliar de contabilidade no Sesi do Distrito Federal. “Aprendi muito com aquela equipe pequena e unida”, diz ele, promovido ao cargo de contador, em apenas seis meses. Ainda com o apoio do órgão, Amaro fez pós-graduação em Contabilidade, Custos e Auditoria na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em março de 1986. Ele conta que, quando começou a estudar auditoria, ficou entusiasmado com as possibilidades da carreira: aprendizado, viagens, trabalho em organizações e se tornar sócio em uma empresa.

Oportunidade que surgiu a partir de uma sugestão de João Carlos Conti, gerente da PwC em Brasília, que levou Amaro Gomes a participar do processo seletivo da firma. Selecionado, optou por um salário equivalente a 25% do que ganhava no Sesi, mas com possibilidade de tornar-se sócio. Foram exatamente seis anos na PwC. Ainda, no período de 1993 a 2006, foi professor-convidado na FGV e na UnB. Concursado, de 1992 a 2009, ficou no BC até ir para o lasb e transferir sua residência para Londres.





## Segundo mandato

Como representante da América do Sul no lasb, Amaro Gomes trabalha, no momento, na consolidação do processo de convergência da Colômbia às normas internacionais de contabilidade.

No médio prazo, pretende atuar junto aos países que já adotam as IFRS na América Latina, a fim de viabilizar a aplicação das novas normas aprovadas pelo lasb. “Quero dedicar-me a expandir o número de países latino-americanos que adotam as IFRS para pequenas e médias empresas. Acredito que a adoção das IFRS poderá facilitar o acesso delas ao crédito, bem como viabilizar a abertura de capital”, diz. Ressalta, ainda, que sempre procurou sair da zona de conforto, instigado na busca de oportunidades, de modo que pretende estimular a participação dos países latino-americanos no processo de desenvolvimento de normas pelo lasb, particularmente dos investidores.



## GOSTO PELA COMUNICAÇÃO, MAS COM A CONTABILIDADE NO SANGUE

### Decepção positiva

Natural de Teresina (PI), com oito anos de idade Amaro Gomes mudou-se para Brasília. Na ânsia de ter o próprio dinheiro, conquistou uma vaga de menor aprendiz no Banco do Brasil. Ao mesmo tempo, iniciou a prática do basquete, esporte que o fascina até hoje. Jogou dos 12 anos até os 23 anos e tomou parte da seleção do Distrito Federal, chegando à seleção brasileira juvenil, em 1980.

Nessa época, a opção do vestibular era pelo curso de Comunicação, mas a contabilidade já estava no sangue – sua mãe trabalhava na área na Caixa Econômica Federal. Tanto o basquete quanto a contabilidade preenchiam na totalidade o coração de Amaro Gomes. Entretanto, antes do campeonato sul-americano realizado na Argentina, ele foi dispensado da equipe. “A decepção foi positiva para que eu refletisse sobre o futuro”, confessa. Após a conclusão do curso de Ciências Contábeis, ele não teve mais chance de praticar o esporte com regularidade.

Hoje, aos 51 anos e casado há 26 anos, Amaro Gomes continua mantendo o gosto pelas viagens e, sempre que possível, não abre mão dos momentos com a esposa e as três filhas, preferencialmente, desfrutando uma programação cultural.

Muito embora tenha morado durante muito tempo em Brasília, admite que Londres lhe confere excelente qualidade de vida. “Minha adaptação à cidade foi imediata. Abandonei o carro e abracei o conforto e a eficiência do transporte público, além da tranquilidade e do planejamento, o que me proporcionou um tempo com a família que jamais tive a oportunidade de experimentar”, reconhece. Por ocasião do mestrado, em 1997, morou em Lancaster, uma pequena cidade universitária no noroeste da ilha. “Foi um período fantástico. E, seguramente, influenciou a decisão de aceitar a mudança para Londres, distante dos familiares e dos amigos”, conclui. ✓



## CVM aprova a OCPC 07, do CPC

Por meio da Deliberação nº 727/14, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Obrigatória para as companhias abertas, a norma trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Especificamente, dispõe sobre a evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas. A OCPC 07 se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

## Contabilidade para empresas reguladas

O International Accounting Standards Board (Iasb) divulgou o *discussion paper* que trata dos ativos e passivos regulatórios nas demonstrações contábeis de mercados regulados.

O material colocado em audiência pública não é a norma que trata do assunto, mas uma tentativa do Iasb de coletar pontos de vista diferentes sobre o tema antes do preparo definitivo da norma. A audiência pública permanece aberta até 15 de janeiro. A participação ampla e técnica no processo é de extrema importância.

## Carl Douglas no Ifric

O administrador de empresas e mestre em Contabilidade Carl Douglas, *controller* da CCR desde 2008, é o primeiro brasileiro a integrar o International Financial Reporting Interpretations Committee (Ifric).

Ele foi nomeado, em junho, pelo Conselho Curador da IFRS Foundation para um mandato de três anos.

## Ibracon comenta a OCPC 08

O Ibracon enviou, em novembro, contribuição à minuta de Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, em atenção à audiência pública conjunta do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## Subsídios à Aneel

O Ibracon também enviou, em novembro, contribuição à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), oferecendo subsídios para aprimorar o Aditivo aos Contratos de Concessão das Empresas de Distribuição de Energia (audiência pública nº 061/2014).

## Mais contribuições do Instituto

O Ibracon já enviou comentários a cinco documentos que estavam em audiência pública conjunta pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). São eles:

- Revisão dos Pronunciamentos Técnicos N° 06/2014,
- Revisão da Interpretação Técnica ICPC 09,
- Revisão da Interpretação Técnica ICPC 19,
- Revisão da Interpretação Técnica ICPC 20.

## Tem brasileiro na área Técnica do Iasb

Eduardo Baldoino é o primeiro brasileiro a trabalhar na área Técnica do International Accounting Standards Board (Iasb). Desde maio, ele ocupa a posição de *assistant technical manager*.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.



A Revista Transparência Ibracon é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil  
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.  
CEP 01323-001  
Bela Vista, São Paulo, SP  
Tel/Fax: (11) 3372-1223  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)  
[revistatransparencia@ibracon.com.br](mailto:revistatransparencia@ibracon.com.br)

**Conselho de Administração**  
Adeildo Osório de Oliveira  
Adelino Dias Pinho  
Antônio Carlos de Castro Palácios  
Eduardo Augusto Rocha Pocetti  
Edmar Sombra Bezerra  
Fernando Dantas Alves Filho  
Guy Almeida Andrade  
Jorge Luiz Canabarro Menegassi  
Juarez Lopes de Araújo  
Marcelo de Deus Saweryn  
Marcelo Galvão Guerra  
Marco Aurélio Cunha de Almeida  
Mário Vieira Lopes  
Paolo Giuseppe Araújo  
Paulo Buzzi Filho  
Pedro Augusto de Melo  
Ricardo Julio Rodil

**Diretoria Nacional**  
Presidente  
Eduardo Augusto Rocha Pocetti  
Diretor Técnico  
Idésio da Silva Coelho Júnior  
Diretor de Administração e Finanças  
Eduardo Affonso de Vasconcelos  
Diretor de Desenvolvimento Profissional  
Carlos Alberto de Sousa  
Diretor de Regionais  
Paulo César Santana  
Diretor de Comunicação  
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna  
Diretor de FAPMP  
Adriano Roberto Legnari Faria

**Superintendente**  
Marco Aurelio Fuchida

**Conselho Editorial**  
Adelino Dias Pinho  
Antonio Duarte Carvalho de Castro  
Fábio Moraes da Costa  
Fernanda Queiroz Rivelli  
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna  
Heloisa Helena Montes  
Henrique José Fernandes Luz  
Iran Siqueira Lima  
Jorge Alberto da Cunha Moreira  
Jorge Luiz Canabarro Menegassi  
Marco Aurelio Fuchida

**Colaboração**  
Shirlei Liberal Nogueira Lima



Av. Paulista, 509, cj. 602  
01311-000 São Paulo SP  
Tel: (11) 3266-6088  
[contato@libris.com.br](mailto:contato@libris.com.br)  
[www.libris.com.br](http://www.libris.com.br)

Editora  
Geraldina Privatti

Colaboração  
Fernanda Balieiro  
Zulmira Felício

Jornalista Responsável  
Jayme Brener (MTb 19.289)



Projeto gráfico e diagramação  
AreaDesign - Wilma Temin

# Ferramenta essencial para contadores, auditores independentes, auditores internos e empresas

2014

## Lançamento: E-book Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) - Edição 2014



A edição 2014 da obra Normas Internacionais de Relatório Financeiro já está disponível para venda!

A versão em português será comercializada no formato eletrônico (E-book), mais rápido e prático, e apresenta diversas vantagens. Confira:

### Vantagens do E-book:

- Acessível em computadores e dispositivos móveis;
- Permite a busca por palavras-chave;
- Possibilita a realização de anotações;
- Integrado ao IDR - Ibracon Digital Reader, que viabiliza a leitura de outras publicações adquiridas na Loja Virtual do Ibracon e demais conteúdos disponibilizados.

Compatível com os sistemas operacionais:



Comunicação Ibracon



**Venda exclusiva: [www.lojaibracon.com.br](http://www.lojaibracon.com.br)**

Acesse e conheça os valores especiais para associados ao Ibracon.

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil  
Único Órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.



## Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores  
Independentes do Brasil**  
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar  
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP  
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

## Seções Regionais

### 1ª Seção

Rua Azevedo Bolão, 28  
60450-675, Fortaleza, Ceará  
Fone/fax: (85) 3065-1099  
[ibraconprimeira@yahoo.com.br](mailto:ibraconprimeira@yahoo.com.br)

### 2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405  
51111-030, Recife, PE  
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175  
[ibraconsegunda@smartsat.com.br](mailto:ibraconsegunda@smartsat.com.br)

### 3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504  
20051-040, Rio de Janeiro, RJ  
Fone/Fax: (21) 2233-5833,  
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357  
[ibraconterceira@ibraconterceira.com.br](mailto:ibraconterceira@ibraconterceira.com.br)

### 4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105  
30170-081, Belo Horizonte, MG  
Fone: (31) 3275-3070  
[ibraconquarta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquarta@ibracon.com.br)

### 5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,  
9º andar  
01323-001, São Paulo, SP  
Fone: (11) 3372-1223  
[ibraconquinta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquinta@ibracon.com.br)

### 6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402  
90020-004, Porto Alegre, RS  
Fone: (51) 3228-3140  
[ibraconsexta@ibracon.com.br](mailto:ibraconsexta@ibracon.com.br)

### 9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91  
Ed. Prado Empresarial, sl. 607  
40279-120, Salvador, BA  
Fone: (71) 3353-2126  
[ibraconnona@ibracon.com.br](mailto:ibraconnona@ibracon.com.br)